



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL



PODER EXECUTIVO

ANO CXI Nº 056 SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2017 EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

SUMÁRIO

Poder Executivo.....	01
Casa Civil	20
Secretaria de Estado de Governo.....	23
Secretaria de Estado da Gestão e Previdência	23
Secretaria de Estado de Transparência e Controle	24
Secretaria de Estado da Saúde	24
Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano	27
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia	27
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	28
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca	30
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais ..	31
Secretaria de Estado da Educação	31
Secretaria de Estado da Segurança Pública	36
Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão	36

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 10.570, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Altera a Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997, que dispõe sobre contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso III do art. 4º da Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º (...)

III - até quatro anos, nos casos dos incisos V, VI e IX do art. 2º." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 22 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário de Estado da Casa Civil

LEI Nº 10.571, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre o reajuste do vencimento-base dos cargos efetivos dos Quadros de Pessoal Permanente, do reajuste da remuneração dos Cargos Comissionados do Quadro de Pessoal Temporário da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reajustados em 6,30% (seis vírgula trinta por cento) o vencimento-base dos cargos efetivos dos Quadros de Pessoal Permanente e a remuneração dos Cargos Comissionados do Quadro de Pessoal Temporário da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

Art. 2º O percentual de que trata o art. 1º, será também aplicado aos valores da Função Gratificada - FG, da Gratificação pela Execução de Trabalho Técnico Legislativo, instituída pela Resolução Legislativa nº 327, de 11 de maio de 1995, e da Gratificação Técnica regulamentada pela Resolução Legislativa nº 809, de 28 de novembro de 2016.

Art. 3º O disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei se aplicam aos proventos de aposentadoria e as pensões amparadas pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do orçamento próprio da Assembleia Legislativa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 22 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 10.572, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Altera a Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 36 Fica instituída a Gratificação por Exercício em Unidade de Ensino de Tempo Integral, de caráter temporário, aos integrantes da Carreira de Docência da Educação Básica do Subgrupo Magistério da Educação Básica, com regime de trabalho de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, que se encontram em atividade de docência nas Unidades de Ensino de Tempo Integral, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), calculada sobre o vencimento.

§ 1º Aplica-se o disposto no **caput** deste artigo aos integrantes da Carreira de Docência da Educação Básica do Subgrupo Magistério da Educação Básica, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, e estejam, exclusivamente, em efetiva atividade de docência nas Unidades de Ensino de Tempo Integral, os quais farão jus à Gratificação por Exercício em Unidade de Ensino de Tempo Integral, que será calculada somente com o vencimento dessa matrícula.

§ 2º A Gratificação por Exercício em Unidade de Ensino de Tempo Integral de que trata o § 1º deste artigo será concedida no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), calculada sobre o vencimento de cada matrícula.

(...)

Art. 45 (...)

(...)

Parágrafo único. (...)

I - em estágio probatório, ressalvados os casos dos incisos I e IV do **caput** deste artigo.

(...)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 22 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA

Secretário-Chefe da Casa Civil

DECRETO Nº 32.723, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Gratificação por Titulação aos servidores do Subgrupo Magistério da Educação Básica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida Gratificação por Titulação, com base no art. 35 da Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, aos servidores do Subgrupo Magistério da Educação Básica, da Secretaria de Estado da Educação, constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Os recursos para execução deste Decreto correrão à conta de dotação prevista no orçamento do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 22 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA

Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXO ÚNICO
GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO
SUBGRUPO: MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CARREIRA: DOCÊNCIA EM EDUCAÇÃO BÁSICA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nº DE ORDEM	SERVIDORES	CARGO	MAT.	CLASSE	REF.	TITULAÇÃO (%)
01	Ana Felisbela de Jesus	Professor I	2083426	C	6	15%
02	Ana Maria Brito Silva Braga	Professor III	627422	C	6	15%
03	Anita Alves de Oliveira	Professor III	1505262	A	2	15%



04	Antonia Elisângela Castro de Lima	Professor III	1727775	A	2	15%
05	Antonio Barros Serra Filho	Professor III	794370	C	6	15%
06	Aurenice Lucena Pereira	Professor III	921064	C	5	20%
07	Cimara Edite Fernandes Melo Silva	Professor III	2487064	A	1	15%
08	Edu Souza Pinheiro	Professor III	1515428	A	2	10%
09	Elinalda Cardoso Costa de Carvalho	Professor III	2229607	A	1	15%
10	Francisco das Chagas Oliveira Sousa	Professor III	1304880	B	3	15%
11	Geisa Magna de Sousa Ramos	Professor III	2231405	A	1	15%
12	Hiulo Rodrigues de Carvalho	Professor III	2060374	A	1	15%
13	Isac Menezes Ferreira	Professor III	2185627	A	1	15%
14	Irene Vieira de Vasconcelos	Professor III	943126	A	1	15%
15	Ivonete de Jesus Rodrigues Costa	Professor III	1012285	C	5	15%
16	Izea Folha Damasceno Santos	Professor III	1702927	A	2	15%
17	Joiton Alves dos Santos	Professor III	2065100	A	1	15%
18	José Ribamar Veloso Araújo	Professor III	2229698	A	1	15%
19	José Santos da Silva	Professor III	1298611	B	3	15%
20	José Saraiva da Silva Filho	Professor III	2247245	A	1	15%
21	Juliano Walber Silva Santos	Professor III	2065076	A	1	15%
22	Lesliany Penha Amaral Serra	Professor III	2052520	A	1	15%
23	Lidiane Silva de Sousa	Professor III	2055309	A	1	15%
24	Luiza Caroline Campos Santos	Professor III	2011146	A	1	10%
25	Magda Nakaoka Domene	Professor III	2229599	A	1	15%
26	Maria dos Milagres Alves de Araújo	Professor III	2242196	A	1	15%
27	Maria Gorette do Carmo Lima	Professor III	879247	C	5	15%
28	Maria Luisa Alves Honaiser Barros	Professor III	2247203	A	1	15%
29	Margarida de Oliveira Bezerra	Professor III	2230480	A	1	15%
30	Pedro Cesar Ribeiro Pereira	Professor III	2227130	A	1	15%
31	Raimunda Silva	Professor III	643064	A	1	15%
32	Rita Filomena Vasconcelos Sousa	Professor III	2192961	A	1	15%
33	Rosilene Vicente de Sousa	Professor III	1179787	C	5	15%
34	Sandra Regina Franco de Sá	Professor III	1014075	C	5	15%
35	Vanderleia Alves dos Santos	Professor III	1180306	C	5	15%

DECRETO Nº 32.724, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Regulamenta a aplicação, no âmbito do Poder Executivo, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, dispendo sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública estadual e as organizações da sociedade civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição do Estado do Maranhão,

DECRETA**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS****Seção I
Disposições Preliminares**

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública estadual e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto não se aplica nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 2º As parcerias entre a Administração Pública estadual e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio de:

I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recursos financeiros; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recursos financeiros.

§ 1º O termo de fomento será adotado para a consecução de planos de trabalhos cuja concepção seja das organizações da sociedade civil, com o objetivo de incentivar projetos desenvolvidos ou criados por essas organizações.

§ 2º O termo de colaboração será adotado para a consecução de planos de trabalho cuja concepção seja da Administração Pública estadual, com o objetivo de executar projetos ou atividades parametrizadas pela Administração Pública.

§ 3º O acordo de cooperação será utilizado nas parcerias voluntárias entre a Administração Pública estadual e as organizações da sociedade civil, sem transferência de recursos financeiros.

§ 4º O regime jurídico das parcerias de que trata este Decreto tem como fundamentos a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil e a transparência na aplicação dos recursos públicos, devendo ser orientado pelos princípios e pelas diretrizes estabelecidos nos arts. 5º e 6º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 5º A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular publicará manuais que contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.



§ 6º A Secretaria de Estado de Transparência e Controle - STC publicará manuais informativos para orientar os gestores públicos quanto aos procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria em reforço aos mecanismos de controle interno.

§ 7º Os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual poderão editar orientações complementares, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto aplicam-se as definições constantes no artigo 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 4º O processamento das parcerias que envolvam transferência de recursos financeiros será realizado por meio da plataforma eletrônica do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, da União, de outra plataforma eletrônica única que venha a substituí-lo, ou de plataforma eletrônica desenvolvida ou adquirida pelo Estado do Maranhão e homologada por Decreto para a finalidade específica, com acesso disponível em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo único. Até que seja viabilizada pela União a adaptação do sistema de que trata o caput e a posterior adesão e adaptação pelo Estado do Maranhão, ou a disponibilização de outra plataforma eletrônica, as parcerias de que trata este Decreto poderão ser processadas em meio físico e registradas nas plataformas atualmente existentes, naquilo que for compatível, segundo as rotinas previstas antes da entrada em vigor da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, devendo essa informação constar expressamente dos editais e no sítio eletrônico do órgão ou entidade da Administração Pública estadual.

Seção II Do Acordo de Cooperação

Art. 5º O acordo de cooperação é instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias entre a Administração Pública estadual e as organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

§ 1º O acordo de cooperação poderá ser proposto pela Administração Pública estadual ou pela organização da sociedade civil.

§ 2º O acordo de cooperação será firmado pelo Secretário de Estado ou pelo dirigente máximo do órgão ou entidade da Administração Pública estadual, permitida a delegação e vedada a subdelegação.

§ 3º O acordo de cooperação somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial.

§ 4º O acordo de cooperação poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público.

Art. 6º São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos dispostos no Capítulo I, Seção I - Disposições preliminares, e, no que couber, o disposto nos seguintes Capítulos deste Decreto:

I - Capítulo II - Do chamamento público;

II - Capítulo III - Da celebração do instrumento de parceria, exceto quanto ao disposto no:

a) art. 24;

b) art. 25, caput, incisos V a VII e § 1º; e

c) art. 32;

III - Capítulo VIII - Das sanções;

IV - Capítulo IX - Do procedimento de manifestação de interesse social;

V - Capítulo X - Da transparência e divulgação das ações;

VI - Capítulo XI - Disposições finais.

§ 1º As regras e os procedimentos dispostos nos demais Capítulos são aplicáveis somente a acordo de cooperação que envolva comodato, doação de bens ou outras formas de compartilhamento patrimonial e poderão ser afastadas quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público envolvido, mediante justificativa prévia.

§ 2º O órgão ou a entidade pública estadual, para celebração de acordo de cooperação que não envolva comodato, doação de bens ou outras formas de compartilhamento patrimonial, poderá, mediante justificativa prévia e considerando a complexidade da parceria e o interesse público:

I - afastar as exigências previstas nos Capítulos II e III, especialmente aquelas dispostas nos art. 8º, art. 23 e art. 26 a art. 29º e

II - estabelecer procedimento diverso para a prestação de contas ou a sua dispensa.

Seção III Do Programa de Capacitação

Art. 7º Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual poderão utilizar de programas de capacitação instituídos pela União, na forma prevista no art. 7º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ou instituir programas próprios.

Parágrafo único. A participação nos programas previstos no caput não constituirá condição para o exercício de função envolvida na materialização das parcerias disciplinadas neste Decreto.

CAPÍTULO II DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Seção I Disposições Gerais

Art. 8º A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela Administração Pública estadual por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º A Administração Pública deverá adotar procedimentos claros, objetivos e simplificados que orientem os interessados e facilitem o acesso direto aos seus órgãos e instâncias decisórias, independentemente da modalidade de parceria.

§ 2º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, se houver previsão no edital.

§ 3º Nos casos em que o projeto seja financiado com recursos de fundos específicos, o chamamento público poderá ser realizado pelos respectivos conselhos gestores, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e deste Decreto.

§ 4º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos arts. 29, 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, mediante decisão fundamentada, nos termos do art. 32 da referida Lei, pelo dirigente máximo



do órgão ou da entidade da Administração Pública estadual, permitida a delegação, devendo evidenciar a caracterização da situação fática e seu enquadramento nas hipóteses legalmente previstas, a razão da escolha da organização da sociedade civil e a justificativa do valor previsto para a realização do objeto.

§ 5º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria, o extrato da justificativa previsto no § 4º deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da Administração Pública e, em até 05 (cinco) dias úteis, na imprensa oficial.

Art. 9º O edital de chamamento público especificará, no mínimo:

I - a programação orçamentária;

II - o objeto da parceria com indicação da política, do plano, do programa ou da ação correspondente;

III - a data, o prazo, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

IV - as condições para interposição de recurso administrativo no âmbito do processo de seleção;

V - o valor de referência para a realização do objeto, no termo de colaboração, ou o teto, no termo de fomento;

VI - a previsão de contrapartida em bens e serviços, se for o caso, observado o disposto no art. 12;

VII - a minuta do instrumento de parceria;

VIII - as medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, se for o caso, de acordo com as características do objeto da parceria; e

IX - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso.

§ 1º Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o órgão ou a entidade pública estadual indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes.

§ 2º Os critérios de julgamento de que trata o inciso IX do caput deverão abranger, no mínimo, o grau de adequação da proposta:

I - aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria; e

II - ao valor de referência ou teto constante do edital.

§ 3º Os critérios de julgamento não poderão se restringir ao valor apresentado para a proposta, observado o disposto no § 5º do art. 27 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 4º Para celebração de parcerias, poderão ser privilegiados critérios de julgamento como inovação e criatividade, conforme previsão no edital.

§ 5º O edital não exigirá, como condição para a celebração da parceria, que as organizações da sociedade civil possuam certificação ou titulação concedida pelo Estado, exceto quando a exigência decorrer de previsão na legislação específica da política setorial.

§ 6º O edital poderá incluir cláusulas e condições específicas da execução da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria e poderá estabelecer execução por público determinado, delimitação territorial, pontuação diferenciada, cotas, entre outros, visando, especialmente, aos seguintes objetivos:

I - redução das desigualdades sociais e regionais;

II - promoção da igualdade de gênero, racial, de direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais LGBT ou de direitos das pessoas com deficiência;

III - promoção de direitos de indígenas, de quilombolas e de povos e comunidades tradicionais? ou

IV - promoção de direitos de quaisquer populações em situação de vulnerabilidade social.

§ 7º É vedado admitir, prever, incluir nos atos de convocação cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, em decorrência de qualquer circunstância impertinente e irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos, quando decorrente de decisão fundamentada:

I - a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto da parceria;

II - o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas setoriais; e

III - possibilidade excepcional de admissibilidade de propostas apresentadas por organizações da sociedade civil com cadastros ativos há menos de 02 (dois) anos, na hipótese de nenhuma organização atingi-los.

§ 8º O edital de chamamento público deverá conter dados e informações sobre a política, o plano, o programa ou a ação em que se insira a parceria para orientar a elaboração das metas e indicadores da proposta pela organização da sociedade civil.

§ 9º O órgão ou a entidade da Administração Pública estadual deverá assegurar que o valor de referência ou o teto indicado no edital seja compatível com o objeto da parceria, o que pode ser realizado por qualquer meio que comprove a estimativa do valor especificado.

§ 10. A parceria poderá se efetivar por meio da atuação em rede de que trata o Capítulo V, desde que haja disposição expressa no edital.

Art. 10. O chamamento público será amplamente divulgado no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade pública estadual, na plataforma eletrônica de que trata o art. 4º e na imprensa oficial e deverá ser divulgado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. A Administração Pública estadual disponibilizará, sempre que possível, meios adicionais de divulgação dos editais de chamamento público, especialmente nos casos de parcerias que envolvam indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais sujeitos a restrições de acesso à informação pelos meios tradicionais de comunicação.

Art. 11. O prazo para a apresentação de propostas será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do edital.

Art. 12. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, podendo a Administração Pública estadual exigir contrapartida em bens e serviços, cuja expressão monetária será identificada no termo de fomento ou de colaboração.

Seção II

Da Comissão de Seleção

Art. 13. A comissão de seleção será designada pelo órgão ou pela entidade da Administração Pública estadual responsável pela parceria em ato de nomeação específico, devendo ser composta por pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da Administração Pública estadual.



§ 1º Para subsidiar seus trabalhos, a comissão de seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

§ 2º O órgão ou a entidade pública estadual poderá estabelecer uma ou mais comissões de seleção, observado o princípio da eficiência, podendo ser designadas comissões de seleção específicas para cada chamamento público ou comissão de seleção permanente.

§ 3º A seleção de parceria executada com recursos de fundo específico poderá ser realizada por comissão de seleção a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e deste Decreto.

§ 4º Na composição da comissão de seleção poderão ser designados membros suplentes para a substituição dos titulares nas ausências e impedimentos, devendo ser observado, em qualquer caso, que esteja funcionando um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da Administração Pública estadual.

Art. 14. O membro da comissão de seleção deverá se declarar impedido de participar do processo de seleção quando verificar que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer organização da sociedade civil participante do chamamento público.

§ 1º Também deverá se declarar impedido o membro da comissão de seleção quando verificar possível confronto entre interesses públicos e privados que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública, devendo o fato ser manifestado por escrito à autoridade competente para a designação da comissão de avaliação e monitoramento.

§ 2º A declaração de impedimento de membro da comissão de seleção não obsta a continuidade do processo de seleção e a celebração de parceria entre a organização da sociedade civil e o órgão ou a entidade pública estadual.

§ 3º Quando verificado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção, devendo ser observada na substituição o disposto no caput do art. 13.

Seção III Do Processo de Seleção

Art. 15. O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 16. A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º Será eliminada a proposta que esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II - as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas?

III - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV - o valor global.

§ 3º Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante no chamamento público.

Seção IV

Da Divulgação e da Homologação de Resultados

Art. 17. O órgão ou a entidade pública estadual divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial e na plataforma eletrônica de que trata o art. 4º.

Parágrafo único. Enquanto não forem processadas as parcerias em plataforma eletrônica, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 4º, o órgão ou entidade da Administração Pública estadual deverá publicar no órgão de imprensa oficial o resultado preliminar do processo de seleção.

Art. 18. As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados à autoridade competente para a assinatura do termo de fomento, termo de colaboração ou acordo de cooperação, para decisão final.

§ 2º Os recursos serão apresentados por meio da plataforma eletrônica de que trata o art. 4º.

§ 3º No caso de seleção realizada por conselho gestor de fundo, a competência para decisão final do recurso poderá observar regulamento próprio do conselho.

§ 4º Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 19. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o órgão ou a entidade pública estadual deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial e na plataforma eletrônica de que trata o art. 4º, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

§ 1º Enquanto não forem processadas as parcerias em plataforma eletrônica, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 4º, o órgão ou entidade da Administração Pública estadual deverá publicar no órgão de imprensa oficial o resultado definitivo do processo de seleção.

§ 2º A homologação do processo de seleção não gerará direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.

CAPÍTULO III DA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PARCERIA

Seção I Do Instrumento de Parceria

Art. 20. O instrumento da parceria deverá conter as cláusulas essenciais previstas no art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 21. A cláusula de vigência de que trata o inciso VI do caput do art. 42 Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, deverá estabelecer prazo correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda 5 (cinco) anos.



Parágrafo único. Nos casos de celebração de termo de colaboração para execução de atividade, o prazo de que trata o caput, desde que tecnicamente justificado, poderá ser de até 10 (dez) anos.

Art. 22. Quando a execução da parceria resultar na produção de bem submetido ao regime jurídico relativo à propriedade intelectual, o instrumento disporá, em cláusula específica, sobre sua titularidade e seu direito de uso, observado o interesse público e o disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e na Lei Federal nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Parágrafo único. A cláusula de que trata este artigo deverá dispor sobre o tempo e o prazo da licença, as modalidades de utilização e a indicação quanto ao alcance da licença, se unicamente para o território nacional ou também para outros territórios.

Art. 23. A cláusula de definição da titularidade dos bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração Pública estadual após o fim da parceria, prevista no inciso X do caput do art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, poderá determinar a titularidade:

I - para o órgão ou a entidade pública estadual, quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública estadual; ou

II - para a organização da sociedade civil, quando os bens forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

§ 1º Na hipótese do inciso I do caput, a organização da sociedade civil deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens para a Administração Pública estadual, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a organização da sociedade civil não mais será responsável pelos bens.

§ 2º A cláusula de determinação da titularidade dos bens remanescentes para o órgão ou a entidade pública estadual formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o art. 35, § 5º, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 3º Na hipótese do inciso II do caput, a cláusula de definição da titularidade dos bens remanescentes poderá prever que a organização da sociedade civil possa realizar doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

§ 4º Na hipótese do inciso II do caput, caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a organização da sociedade civil, observados os seguintes procedimentos:

I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

§ 5º Na hipótese de dissolução da organização da sociedade civil durante a vigência da parceria:

I - os bens remanescentes deverão ser retirados pela Administração Pública estadual, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução, quando a cláusula de que trata o caput determinar a titularidade disposta no inciso I do caput; ou

II - o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido, quando a cláusula de que trata o caput determinar a titularidade disposta no inciso II do caput.

Seção II Da Celebração

Art. 24. A celebração do termo de fomento ou do termo de colaboração depende da indicação expressa de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

Parágrafo único. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro deverá ser efetivada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria no exercício em que a despesa estiver consignada, nos termos do disposto no inciso II do § 1º do art. 59.

Art. 25. Para a celebração da parceria, a administração pública estadual convocará a organização da sociedade civil selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar o seu plano de trabalho, que deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I - a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;

II - a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;

III - a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas ou projetos a serem executados;

IV - a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

V - a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;

VI - os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso? e

VII - as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso, na hipótese prevista no §2º do art. 53 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e na forma do art. 54.

§ 1º A previsão de receitas e despesas de que trata o inciso V do caput deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, tais como cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.

§ 2º Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta, observados os termos e as condições constantes no edital, quando for o caso.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º, a Administração Pública estadual poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho, observados os termos e as condições da proposta e do edital.

§ 4º O prazo para realização de ajustes no plano de trabalho será de 15 (quinze) dias, contado da data de recebimento da solicitação apresentada à organização da sociedade civil na forma do § 3º.

§ 5º A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

Art. 26. Além da apresentação do plano de trabalho, a organização da sociedade civil selecionada, no prazo de que trata o caput do art. 25, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, 02 (dois) anos com cadastro ativo;

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da Administração Pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;

d) currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil;

IV - Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos estaduais;

VI - Certidão Negativa de Débitos para com a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão - CAEMA;

VII - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço CRF/FGTS;

VIII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

IX - relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas CPF de cada um deles;

X - cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

XI - declaração do representante legal da organização da sociedade civil com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, as quais deverão estar descritas no documento; e

XII - declaração do representante legal da organização da sociedade civil sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.

§ 1º A capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil independe da capacidade já instalada, admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria.

§ 2º Serão consideradas regulares, para fins de cumprimento do disposto dos incisos IV a VIII do caput, as certidões positivas com efeito de negativas.

§ 3º As organizações da sociedade civil ficarão dispensadas de reapresentar as certidões de que tratam os incisos IV a VII do caput que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente.

§ 4º A organização da sociedade civil deverá comunicar alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver.

Art. 27. Além dos documentos relacionados no art. 26, a organização da sociedade civil, por meio de seu representante legal, deverá apresentar, no prazo de que trata o caput do art. 25, declaração de que:

I - não há, em seu quadro de dirigentes:

a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública estadual; e

b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a" deste inciso;

II - não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da Administração Pública estadual celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

III - não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública estadual;

b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da Administração Pública estadual celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e



c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a Administração Pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

§ 1º Para fins deste Decreto, entendese por membro de Poder o titular de cargo estrutural à organização política do País que exerça atividade típica de governo, de forma remunerada, como Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público.

§ 2º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

Art. 28. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados nos termos dos art. 26 e art. 27 ou quando as certidões referidas nos incisos IV a VI do caput do art. 26 estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização da sociedade civil será notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

Art. 29. No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, a Administração Pública estadual deverá consultar o Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI, instituído pela Lei nº 6.690, de 11 de julho de 1996, Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas - CEPIM, instituído pelo Decreto Federal nº 7.592, de 28 de outubro de 2011, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, instituído pelo art. 23 da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

§ 1º Para fins de apuração do constante no inciso IV do caput do art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, o gestor da parceria verificará a existência de contas rejeitadas em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal que constem da plataforma eletrônica, cujas informações preponderarão sobre aquelas constantes no documento a que se refere o inciso IX do caput do art. 26, se houver.

§ 2º Sem prejuízo das consultas exigidas pelo caput e pelo § 1º, o gestor da parceria deverá certificar no processo a existência de qualquer fato impeditivo para a celebração da parceria que tenha conhecimento, de ofício ou após representação.

Art. 30. O parecer de órgão técnico deverá se pronunciar a respeito dos itens enumerados no inciso V do caput do art. 35 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Parágrafo único. Para fins do disposto na alínea "c" do inciso V do caput do art. 35 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, o parecer analisará a compatibilidade entre os valores apresentados no plano de trabalho, conforme disposto no § 1º do art. 25, e o valor de referência ou teto indicado no edital, conforme disposto no § 9º do art. 9º.

Art. 31. O parecer jurídico será emitido pela assessoria jurídica competente do órgão ou entidade da Administração Pública estadual, devendo abranger a análise da juridicidade das parcerias.

§ 1º O parecer jurídico não abrangerá a análise de conteúdo técnico de documentos do processo.

§ 2º A manifestação individual em cada processo será dispensada quando já houver parecer sobre minuta-padrão da parceria a ser celebrada.

Art. 32. O instrumento de parceria será firmado pelo Secretário de Estado ou pelo dirigente máximo do órgão ou entidade da Administração Pública estadual, permitida a delegação e vedada a subdelegação.

Parágrafo único. Os instrumentos de parceria somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos na imprensa oficial.

CAPÍTULO IV DA EXECUÇÃO DA PARCERIA

Seção I Da Liberação e da Contabilização dos Recursos

Art. 33. A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria.

§ 1º Os recursos serão depositados em conta corrente específica, isenta de tarifa bancária, conforme isenção concedida pelo art. 51 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, em instituição financeira pública, que poderá atuar como mandatária do órgão ou da entidade pública na execução e no monitoramento dos termos de fomento ou de colaboração.

§ 2º Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Art. 34. As liberações de parcelas serão retidas nas hipóteses previstas no art. 48 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º A verificação das hipóteses de retenção previstas no art. 48 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I - a verificação da existência de denúncias aceitas;

II - a análise das prestações de contas anuais, nos termos da alínea "b" do inciso I do § 4º do art. 6;

III - as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações expedidas pelos órgãos de controle interno e externo; e

IV - a consulta aos cadastros e sistemas estaduais que permitam aferir a regularidade da parceria.

§ 2º O atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de fomento ou de colaboração, conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 3º As parcerias com recursos depositados em conta corrente específica e não utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) deverão ser rescindidas conforme previsto no inciso II do § 4º do art. 61.

§ 4º O disposto no § 3º poderá ser excepcionado quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Secretário de Estado ou pelo dirigente máximo do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou pela autoridade delegatária.

Art. 35. Os recursos da parceria geridos pelas organizações da sociedade civil, inclusive pelas executantes não celebrantes na atuação em rede, estão vinculados ao plano de trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Seção II**Das Compras e Contratações e da Realização de Despesas e Pagamentos**

Art. 36. As compras e contratações de bens e serviços pela organização da sociedade civil com recursos transferidos pela Administração Pública estadual adotarão métodos usualmente utilizados pelo setor privado.

§ 1º A execução das despesas relacionadas à parceria observará, nos termos de que tratam os incisos XIX e XX do art. 42 e o art. 45 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014:

I - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; e

II - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento ou de colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública estadual quanto à inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução.

§ 2º A organização da sociedade civil deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.

§ 3º Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a organização da sociedade civil deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira de que trata o art. 56, quando for o caso.

§ 4º Será facultada às organizações da sociedade civil a utilização do portal de compras disponibilizado pela Administração Pública estadual.

Art. 37. As organizações da sociedade civil deverão obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.

§ 1º A organização da sociedade civil deverá registrar os dados referentes às despesas realizadas na plataforma eletrônica de que trata o art. 4º, sendo dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos referentes às despesas.

§ 2º As organizações da sociedade civil deverão manter a guarda dos documentos originais referidos no caput, conforme o disposto no art. 58.

Art. 38. Os pagamentos deverão ser realizados pela organização da sociedade civil mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final na plataforma eletrônica de que trata o art. 4º.

§ 1º O termo de fomento ou de colaboração poderá admitir a dispensa da exigência do caput e possibilitar a realização de pagamentos em espécie, após saque à conta bancária específica da parceria, na hipótese de impossibilidade de pagamento mediante transferência eletrônica, devidamente justificada pela organização da sociedade civil no plano de trabalho, que poderá estar relacionada, dentre outros motivos, com:

I - o objeto da parceria;

II - a região onde se desenvolverão as ações da parceria? ou

III - a natureza dos serviços a serem prestados na execução da parceria.

§ 2º Os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite individual de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração da parceria, ressalvada disposição específica nos termos do § 3º.

§ 3º Ato do Secretário de Estado ou do dirigente máximo do órgão ou da entidade da Administração Pública estadual disporá sobre os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie.

§ 4º Os pagamentos realizados na forma do § 1º não dispensam o registro do beneficiário final da despesa na plataforma eletrônica de que trata o art. 4º.

Art. 39. Os custos indiretos necessários à execução do objeto, de que trata o inciso III do caput do art. 46 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, poderão incluir, entre outras despesas, aquelas com internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e energia e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica.

Parágrafo único. A previsão de custos indiretos no plano de trabalho implicará em análise motivada, quanto à vantajosidade da celebração da parceria para o Estado, tendo em vista a relação custo-benefício e a possibilidade de execução direta da política pública.

Art. 40. A organização da sociedade civil somente poderá pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de fomento ou de colaboração quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência.

Art. 41. Para os fins deste Decreto, considerase equipe de trabalho o pessoal necessário à execução do objeto da parceria, que poderá incluir pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil ou que vierem a ser contratadas, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

Parágrafo único. É vedado à Administração Pública estadual praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

Art. 42. Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria as despesas com remuneração da equipe de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

I - estejam previstos no plano de trabalho e sejam proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria; e

II - sejam compatíveis com o valor de mercado e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo estadual.

§ 1º Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a organização da sociedade civil deverá inserir na plataforma eletrônica a memória de cálculo do rateio da despesa para fins de prestação de contas, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa, inclusive oriundas de outras parcerias.



§ 2º Poderão ser pagas diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exigir, para a equipe de trabalho e para os prestadores de serviço voluntário, nos termos da Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

§ 3º O pagamento das verbas rescisórias de que trata o caput, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

§ 4º A organização da sociedade civil deverá dar ampla transparência, inclusive na plataforma eletrônica, aos valores pagos, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e com recursos da parceria, juntamente à divulgação dos cargos e valores.

Seção III Das Alterações na Parceria

Art. 43. O órgão ou a entidade da administração pública estadual poderá autorizar ou propor a alteração do instrumento de parceria ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

I - por termo aditivo à parceria para:

- a) ampliação de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor global;
- b) redução do valor global, sem limitação de montante;
- c) prorrogação da vigência, observados os limites do art. 21;
- d) alteração da destinação dos bens remanescentes;

II - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

- a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;
- b) ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou
- c) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

§ 1º Sem prejuízo das alterações previstas no caput, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

I - prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública estadual tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; ou

II - indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

§ 2º O órgão ou a entidade pública deverá se manifestar sobre a solicitação de que trata o caput no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua apresentação, ficando o prazo suspenso quando forem solicitados esclarecimentos à organização da sociedade civil.

§ 3º No caso de término da execução da parceria antes da manifestação sobre a solicitação de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade da organização da sociedade civil até a decisão do pedido.

Art. 44. A Procuradoria Geral do Estado poderá ser consultada sobre dúvida jurídica específica apresentada pelo gestor da parceria ou por outra autoridade que se manifeste no processo, ficando a assessoria jurídica do órgão vinculada nas manifestações futuras ao posicionamento jurídico respondido pela consulta.

CAPÍTULO V DA ATUAÇÃO EM REDE

Art. 45. A execução das parcerias pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

§ 1º A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria.

§ 2º A rede deve ser composta por:

I - uma organização da sociedade civil celebrante da parceria com a Administração Pública estadual, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a Administração Pública estadual, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

Art. 46. A atuação em rede será formalizada entre a organização da sociedade civil celebrante e cada uma das organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes por meio de termo de atuação em rede.

§ 1º O termo de atuação em rede especificará direitos e obrigações recíprocas, e estabelecerá, no mínimo, as ações, as metas e os prazos que serão desenvolvidos pela organização da sociedade civil executante e não celebrante e o valor a ser repassado pela organização da sociedade civil celebrante.

§ 2º A organização da sociedade civil celebrante deverá comunicar à Administração Pública estadual a assinatura do termo de atuação em rede no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data de sua assinatura.

§ 3º Na hipótese de o termo de atuação em rede ser rescindido, a organização da sociedade civil celebrante deverá comunicar o fato à Administração Pública estadual no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da rescisão.

§ 4º A organização da sociedade civil celebrante deverá assegurar, no momento da celebração do termo de atuação em rede, a regularidade jurídica e fiscal da organização da sociedade civil executante e não celebrante, que será verificada por meio da apresentação dos documentos previstos no art. 26, além de declaração do representante legal da organização da sociedade civil executante e não celebrante de que não possui impedimento para celebrar parcerias com o Estado.

§ 5º Fica vedada a participação em rede de organização da sociedade civil executante e não celebrante que tenha mantido relação jurídica com, no mínimo, um dos integrantes da comissão de seleção responsável pelo chamamento público que resultou na celebração da parceria.

Art. 47. A organização da sociedade civil celebrante deverá comprovar à Administração Pública estadual o cumprimento dos requisitos previstos no art. 35A da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a serem verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - comprovante de inscrição no CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil celebrante existe há, no mínimo, 5 (cinco) anos com cadastro ativo; e

II - comprovantes de capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar a rede, sendo admitidos:

a) declarações de organizações da sociedade civil que compõem a rede de que a celebrante participe ou tenha participado;

b) cartas de princípios, registros de reuniões ou eventos e outros documentos públicos de redes de que a celebrante participe ou tenha participado? ou

c) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas em rede de que a celebrante participe ou tenha participado.

Parágrafo único. A Administração Pública estadual verificará se a organização da sociedade civil celebrante cumpre os requisitos previstos no caput no momento da celebração da parceria.

Art. 48. A organização da sociedade civil celebrante da parceria é responsável pelos atos realizados pela rede.

§ 1º Para fins do disposto no caput, os direitos e as obrigações da organização da sociedade civil celebrante perante a Administração Pública estadual não poderão ser sub-rogados à organização da sociedade civil executante e não celebrante.

§ 2º Na hipótese de irregularidade ou desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, as organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes responderão subsidiariamente até o limite do valor dos recursos recebidos ou pelo valor devido em razão de dano ao erário.

§ 3º A Administração Pública estadual avaliará e monitorará a organização da sociedade civil celebrante, que prestará informações sobre prazos, metas e ações executadas pelas organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes.

§ 4º As organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes deverão apresentar informações sobre a execução das ações, dos prazos e das metas e documentos e comprovantes de despesas, inclusive com o pessoal contratado, necessários à prestação de contas pela organização da sociedade civil celebrante da parceria, conforme descrito no termo de atuação em rede e no inciso I do parágrafo único do art. 35A da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 5º O ressarcimento ao erário realizado pela organização da sociedade civil celebrante não afasta o seu direito de regresso contra as organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes.

CAPÍTULO VI

DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Seção I

Da Comissão de Monitoramento e Avaliação

Art. 49. A comissão de monitoramento e avaliação é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de

entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º A comissão de monitoramento e avaliação será designada, em ato específico, pelo órgão ou pela entidade da Administração Pública estadual responsável pela parceria, devendo ser composta por pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da Administração.

§ 2º Para subsidiar seus trabalhos, a comissão de seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

§ 3º O órgão ou a entidade pública estadual poderá estabelecer uma ou mais comissões de monitoramento e avaliação, observado o princípio da eficiência.

§ 4º Na composição da comissão de monitoramento e avaliação poderão ser designados membros suplentes para a substituição dos titulares nas ausências e impedimentos, devendo ser observado, em qualquer caso, que pelo menos um servidor seja ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da Administração Pública estadual.

§ 5º A comissão de monitoramento e avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas na Seção II deste Capítulo.

§ 6º O monitoramento e avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados por comissão de seleção a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e deste Decreto.

Art. 50. O membro da comissão de monitoramento e avaliação deverá se declarar impedido quando verificar que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil monitorada e avaliada ou que tenha participado da comissão de seleção da parceria.

§ 1º Também deverá se declarar impedido o membro da comissão de monitoramento e avaliação quando verificar possível confronto entre interesses públicos e privados que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública, devendo o fato ser manifestado por escrito à autoridade competente para a designação da comissão de avaliação e monitoramento.

§ 2º Quando verificado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído a fim de viabilizar a continuidade do processo de monitoramento e avaliação, devendo ser observada na substituição o disposto no § 1º do art. 49.

Seção II

Das Ações e dos Procedimentos

Art. 51. As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, e devem ser registradas na plataforma eletrônica de que trata o art. 4º.

§ 1º As ações de que trata o caput contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes da plataforma eletrônica, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.



§ 2º O termo de fomento ou de colaboração deverá prever procedimentos de monitoramento e avaliação da execução de seu objeto a serem realizados pelo órgão ou pela entidade da Administração Pública estadual.

§ 3º As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

§ 4º O relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, será produzido na forma estabelecida pelo art. 60.

Art. 52. Quando essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, o órgão ou a entidade da administração pública estadual deverá realizar visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria.

§ 1º O órgão ou a entidade pública estadual deverá notificar previamente a organização da sociedade civil, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica in loco.

§ 2º Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado na plataforma eletrônica e enviado à organização da sociedade civil para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da Administração Pública estadual.

§ 3º A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pelo órgão ou pela entidade da Administração Pública estadual, pelos órgãos de controle interno e externo.

Art. 53. Nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, o órgão ou a entidade pública estadual realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação.

§ 1º A pesquisa de satisfação terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela organização da sociedade civil, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas.

§ 2º A pesquisa de satisfação poderá ser realizada diretamente pela Administração Pública estadual, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

§ 3º Na hipótese de realização da pesquisa de satisfação, a organização da sociedade civil poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.

§ 4º Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à organização da sociedade civil para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.

CAPÍTULO VII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção I Disposições Gerais

Art. 54. A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas.

§ 1º Na hipótese de atuação em rede, caberá à organização da sociedade civil celebrante apresentar a prestação de contas, inclusive no que se refere às ações executadas pelas organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes.

§ 2º Além da apresentação de prestação de contas anual e final, exigidas por este Decreto, o instrumento de parceria poderá conter cláusula que torne obrigatória a apresentação de contas parcial em momentos previamente fixados, podendo também a Administração Pública estadual exigí-la a qualquer tempo, independente de previsão no instrumento de parceria.

§ 3º No caso de omissão no dever de prestar contas nos prazos fixados neste Decreto, no instrumento de parceria ou pela Administração Pública estadual, quando se tratar de prestação de contas parcial, deverá ser instaurada tomada de contas especial.

Art. 55. Para fins de prestação de contas parcial, anual e final, a organização da sociedade civil deverá apresentar relatório de execução do objeto, na plataforma eletrônica, que conterá:

I - a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

II - a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros; e

IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

§ 1º O relatório de que trata o caput deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

I - dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

II - do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e

III - da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

§ 2º As informações de que trata o § 1º serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 25.

§ 3º O órgão ou a entidade da Administração Pública estadual poderá dispensar a observância do § 1º deste artigo e da alínea "b" do inciso II do caput do art. 61 quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, mediante justificativa prévia.

§ 4º A organização da sociedade civil deverá apresentar justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, estando sujeitos à glosa os valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente ou cujas justificativas não forem acatadas pela administração pública estadual.

Art. 56. Quando a organização da sociedade civil não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, em qualquer fase da execução da parceria, a Administração Pública estadual exigirá a apresentação de relatório de execução financeira, que deverá conter:

I - a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II - o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

III - o extrato da conta bancária específica;

IV - a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

V - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

VI - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Parágrafo único. A memória de cálculo referida no inciso IV do caput, a ser apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

Art. 57. A análise do relatório de execução financeira de que trata o art. 56 será feita pela Administração Pública estadual e contemplará:

I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho, observado o disposto no § 3º do art. 36; e

II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

Art. 58. As organizações da sociedade civil deverão manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Seção II Prestação de Contas Anual

Art. 59. Nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

§ 1º A prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, conforme estabelecido no instrumento da parceria.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, considerase exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.

§ 3º A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o disposto no art. 55.

§ 4º Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a organização da sociedade civil para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas.

§ 5º Se persistir a omissão de que trata o § 4º, aplicase o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 60. A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação quando a parceria for selecionada por amostragem, conforme ato da autoridade máxima do órgão ou da entidade da Administração Pública estadual, considerados os parâmetros a serem definidos pela STC.

§ 1º A análise prevista no caput também será realizada quando:

I - for identificado o descumprimento injustificado do alcance das metas da parceria no curso das ações de monitoramento e avaliação de que trata o art. 51; ou

II - for aceita denúncia de irregularidade na execução parcial do objeto, mediante juízo de admissibilidade realizado pelo gestor.

§ 2º A prestação de contas anual será considerada regular quando, da análise do relatório parcial de execução do objeto, for constatado o alcance das metas da parceria.

§ 3º Na hipótese de não comprovação do alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, a Administração Pública estadual notificará a organização da sociedade civil para apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias, relatório parcial de execução financeira, em conformidade com o disposto no art. 56, que subsidiará a elaboração do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

Art. 61. O relatório técnico de monitoramento e avaliação referido no art. 60 conterá:

I - os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014; e

II - o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, que deverá:

a) avaliar as metas já alcançadas e seus benefícios; e

b) descrever os efeitos da parceria na realidade local referentes:

1. aos impactos econômicos ou sociais;

2. ao grau de satisfação do público-alvo; e

3. à possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

§ 1º Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a organização da sociedade civil para, no prazo de 30 (trinta) dias:

I - sanar a irregularidade;

II - cumprir a obrigação; ou

III - apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

§ 2º O gestor avaliará o cumprimento do disposto no § 1º e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

§ 3º Serão glosados valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.



§ 4º Na hipótese do § 2º, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

I - caso conclua pela continuidade da parceria, deverá determinar:

a) a devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

b) a retenção das parcelas dos recursos, nos termos do § 1º do art. 34; ou

II - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deverá determinar:

a) a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada? e

b) a instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea "a" no prazo determinado.

§ 5º O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada, na forma do art. 49, que o homologará, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de seu recebimento.

§ 6º O gestor da parceria deverá adotar as providências constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação homologado pela comissão de monitoramento e avaliação.

§ 7º As sanções previstas no Capítulo VIII poderão ser aplicadas independentemente das providências adotadas de acordo com o § 6º.

Seção III Prestação de Contas Final

Art. 62. As organizações da sociedade civil deverão apresentar a prestação de contas final por meio de relatório final de execução do objeto, que deverá conter os elementos previstos no art. 55, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º do art. 42.

Parágrafo único. Fica dispensada a apresentação dos documentos de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 55 quando já constarem da plataforma eletrônica.

Art. 63. A análise da prestação de contas final pela Administração Pública estadual será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, a ser inserido na plataforma eletrônica, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará:

I - o relatório final de execução do objeto;

II - os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01 (um) ano, ou que tenham determinado prestação de contas parcial no plano de trabalho;

III - os relatórios de visita técnica in loco, quando houver;

IV - os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver; e

V - o relatório final de execução financeira, quando exigido.

Parágrafo único. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o § 1º do art. 55.

Art. 64. Na hipótese de a análise de que trata o art. 63 concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no art. 56.

§ 1º Fica dispensada a apresentação dos documentos de que tratam os incisos I a IV do caput do art. 56 quando já constarem da plataforma eletrônica.

§ 2º A análise do relatório de que trata o caput deverá observar o disposto no art. 57.

Art. 65. Para fins do disposto no art. 69 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a organização da sociedade civil deverá apresentar:

I - o relatório final de execução do objeto no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da execução da parceria, conforme estabelecido no instrumento de parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da organização da sociedade civil;

II - o relatório final de execução financeira, quando exigido, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado de sua notificação, conforme estabelecido no instrumento de parceria, prorrogável por até quinze dias, mediante justificativa e solicitação prévia da organização da sociedade civil.

§ 1º Em observância ao caput e ao § 1º do art. 69 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, o instrumento de parceria poderá, considerando a complexidade do objeto da parceria, fixar prazo superior para a apresentação do relatório final de execução do objeto, não podendo exceder a 90 (noventa) dias, contado do término da execução da parceria, já computado eventual prorrogação.

§ 2º Além da hipótese prevista no art. 56, a apresentação do relatório de execução financeira será obrigatória para as parcerias cujo valor global seja superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 66. O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deverá concluir pela:

I - aprovação das contas;

II - aprovação das contas com ressalvas; ou

III - rejeição das contas.

§ 1º A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto neste Decreto.

§ 2º A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

§ 3º A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - omissão no dever de prestar contas;

II - descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

III - dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

IV - desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

§ 4º A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação de que trata a parte final do parágrafo único do art. 63.

Art. 67. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

§ 1º A organização da sociedade civil será notificada da decisão de que trata o caput e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

§ 2º Quando o autor da decisão prevista no caput for uma autoridade delegatária que não reconsiderar a decisão, o recurso deverá ser encaminhado ao Secretário de Estado ou ao dirigente máximo do órgão ou entidade da Administração Pública estadual, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º Quando o autor da decisão prevista no caput for Secretário de Estado ou dirigente máximo do órgão ou entidade da Administração Pública estadual, o recurso cabível será o pedido de reconsideração, devendo a decisão final ser proferida no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 4º Caso a organização da sociedade civil apresente proposta de saneamento das irregularidades apontadas na decisão sobre a prestação de contas final, a autoridade responsável por celebrar a parceria procederá com a análise da proposta e apresentará nova decisão, caso seja acatada total ou parcialmente a proposta de saneamento.

Art. 68. Exaurida a fase recursal, o órgão ou a entidade da Administração Pública estadual deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar na plataforma eletrônica as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções de que trata o Capítulo VIII.

§ 2º A Administração Pública estadual deverá se pronunciar sobre a solicitação de que trata a alínea "b" do inciso II do caput no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria originária.

§ 4º Compete exclusivamente ao Secretário de Estado ou ao dirigente máximo do órgão ou entidade da Administração Pública estadual autorizar o ressarcimento de que trata a alínea "b" do inciso II do caput.

§ 5º Os demais parâmetros para concessão do ressarcimento de que trata a alínea "b" do inciso II do caput serão definidos em ato do Secretário de Estado ou do dirigente máximo do órgão ou entidade da Administração Pública estadual, observados os objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que a parceria esteja inserida.

§ 6º Na hipótese do inciso II do caput, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas na plataforma eletrônica e no Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI e em outros cadastros públicos, com a devida certificação na plataforma eletrônica, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Art. 69. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública estadual deverá ser fixado no instrumento da parceria e será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de recebimento do relatório final de execução do objeto e execução financeira.

§ 1º O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado, justificadamente, por igual período.

§ 2º O transcurso do prazo definido no caput, e de sua eventual prorrogação, nos termos do § 1º, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias? e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

§ 3º Se o transcurso do prazo definido no caput e de sua eventual prorrogação, nos termos do § 1º, ocorrer por culpa exclusiva da Administração Pública estadual, sem que se constate dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública estadual, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

§ 4º Na hipótese de atraso injustificado da análise da prestação de contas final por culpa exclusiva da Administração Pública estadual, deverá ser instaurado processo para apurar as responsabilidades.

Art. 70. Os débitos a serem restituídos pela organização da sociedade civil serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:



I - nos casos em que for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da Administração Pública estadual quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 69; e

II - nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da organização da sociedade civil ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da Administração Pública estadual quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 69.

Parágrafo único. Os débitos de que trata o caput observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 01% (um por cento) no mês de pagamento.

CAPÍTULO VIII DAS SANÇÕES

Art. 71. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública estadual poderá aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência?

II - suspensão temporária? e

III - declaração de inidoneidade.

§ 1º É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

§ 2º As sanções deverão ser aplicadas na forma e gradação prevista no art. 73 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 3º As sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente e são de competência exclusiva do Secretário de Estado, inclusive no caso de órgão ou entidade a ele vinculados.

Art. 72. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas no art. 71 caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão.

Parágrafo único. Caso a decisão recorrida tenha sido proferida por Secretário de Estado ou dirigente máximo do órgão ou entidade da Administração Pública estadual, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

Art. 73. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a organização da sociedade civil deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI e na plataforma eletrônica, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

Art. 74. Prescrevem no prazo de 05 (cinco) anos as medidas administrativas punitivas da Administração Pública estadual destinadas a aplicar as sanções previstas neste Decreto, contado da data de

apresentação da prestação de contas, ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas.

Parágrafo único. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CAPÍTULO IX DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMIS

Art. 75. As organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar proposta de abertura de Procedimento de Manifestação de Interesse Social - PMIS aos órgãos ou entidades públicas para que seja avaliada a possibilidade de realização de chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§ 1º O PMIS tem por objetivo permitir a oitiva da sociedade sobre ações de interesse público e recíproco que não coincidam com projetos ou atividades que sejam objeto de chamamento público ou parceria em curso no âmbito do órgão ou da entidade da Administração Pública estadual responsável pela política pública.

§ 2º A realização de chamamento público ou a celebração de parceria não dependem da realização do PMIS.

§ 3º A realização do PMIS não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da Administração Pública.

§ 4º A proposição ou a participação no PMIS não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público subsequente.

Art. 76. A Administração Pública estadual disponibilizará modelo de formulário para que as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e os cidadãos possam apresentar proposta de abertura de PMIS, que deverá atender aos seguintes requisitos:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido;

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

§ 1º A proposta de que trata o caput deste artigo será encaminhada ao órgão ou entidade estadual responsável pela política pública a que se referir.

§ 2º Os órgãos e entidades da administração pública estadual poderão estabelecer um período para o recebimento de propostas que visem à instauração de PMIS.

Art. 77. A avaliação da proposta de instauração de PMIS observará, no mínimo, as seguintes etapas:

I - análise de admissibilidade da proposta, com base nos requisitos previstos no art. 76;

II - decisão sobre a instauração ou não do PMIS, após verificada a conveniência e oportunidade pela Administração Pública estadual;

III - se instaurado o PMIS, divulgação da proposta no sítio eletrônico do órgão ou entidade pública responsável pela política pública a que se referir e oitiva da sociedade sobre o tema da proposta; e

IV - manifestação da Administração Pública estadual sobre a realização ou não do chamamento público proposto no PMIS.

Parágrafo único. A partir do recebimento da proposta de abertura do PMIS, apresentada de acordo com o art. 76, a Administração Pública estadual terá o prazo de 06 (seis) meses para cumprir as etapas previstas no caput deste artigo.

CAPÍTULO X DA TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES

Art. 78. A Administração Pública estadual e as organizações da sociedade civil deverão dar publicidade e promover a transparência das informações referentes à seleção e à execução das parcerias.

§ 1º Na plataforma eletrônica utilizada para a celebração e execução das parcerias, nos sítios eletrônicos da Administração Pública estadual e das organizações da sociedade civil, deverão ser divulgados os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria, indicando ainda o endereço eletrônico para os serviços de ouvidoria do Poder Executivo do Estado do Maranhão: www.ouvidorias.ma.gov.br.

§ 2º O endereço eletrônico para os serviços de ouvidoria do Poder Executivo do Estado do Maranhão, de forma legível, também deverá constar dos materiais impressos com recursos públicos das parcerias.

§ 3º As exigências de transparência e publicidade previstas em todas as etapas que envolvam a parceria, desde a fase preparatória até o fim da prestação de contas, naquilo que for necessário, serão excepcionadas quando se tratar de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança.

Art. 79. O órgão ou a entidade da Administração Pública estadual divulgará informações referentes às parcerias celebradas em dados abertos e acessíveis e deverá manter, no seu sítio eletrônico oficial e na plataforma eletrônica, a relação dos instrumentos de parcerias celebrados com seus planos de trabalho e a indicação do endereço do sítio eletrônico das organizações da sociedade civil parceiras.

§ 1º Enquanto não forem processadas as parcerias em plataforma eletrônica, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 4º, além da relação prevista no caput deste artigo, o órgão ou entidade da Administração Pública estadual deverá publicar em seu sítio eletrônico, no mínimo, de forma facilitada, a íntegra de todos os instrumentos celebrados, dos planos de trabalho, das peças das prestações de contas e suas respectivas análises, dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação e dos processos de liberação dos recursos.

§ 2º Os órgãos ou entidades da Administração Pública estadual que celebrarem parcerias deverão comunicar à STC, para fins de disponibilização no Portal da Transparência, o endereço eletrônico do sítio oficial onde publicarão as informações previstas no § 1º.

Art. 80. As organizações da sociedade civil divulgarão nos seus sítios eletrônicos oficiais e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até 180 (cento e oitenta) dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que tratam o art. 11 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º Quanto à organização da sociedade civil, as informações de que trata o caput deverão incluir, no mínimo:

I - nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

II - cópia do estatuto social atualizado da entidade, com todas as suas alterações e a indicação do seu registro;

III - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade.

§ 2º Quanto às parcerias celebradas pela organização da sociedade civil, as informações de que trata o caput deverão incluir, no mínimo:

I - cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com a administração pública estadual, respectivos aditivos, e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável;

II - data de assinatura e de identificação dos instrumentos de parceria e dos órgãos ou das entidades responsáveis;

III - descrição do objeto das parcerias;

IV - valor total das parcerias e valores liberados, quando for o caso;

V - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; e

VI - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

§ 3º No caso de atuação em rede, caberá à organização da sociedade civil celebrante divulgar as informações de que trata o caput, inclusive quanto às organizações da sociedade civil não celebrantes e executantes em rede.

§ 4º Quando o valor global total das parcerias celebradas em vigor não for superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e não dispuser de sítio eletrônico oficial, a organização da sociedade civil poderá solicitar aos órgãos e entidades da Administração Pública estadual com quem mantenha parceria que divulgue em seus sítios eletrônicos, nas áreas destinadas a divulgação das parcerias, as informações e documentos exigidos nos §§ 1º e 2º, devendo encaminhar mediante protocolo os arquivos eletrônicos necessários.

Art. 81. O Portal da Transparência e os sítios eletrônicos de que tratam os artigos 79 e 80 deverão conter atalho para o sítio eletrônico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA onde fica hospedado o Mapa das Organizações da Sociedade Civil.

Parágrafo único. Compete aos órgãos e às entidades da Administração Pública estadual enviar os dados necessários para a consecução dos objetivos do Mapa das Organizações da Sociedade Civil.

Art. 82. Até o último dia útil do mês de outubro de cada ano, os órgãos ou as entidades da Administração Pública estadual deverão enviar à STC relação das parcerias que tenham celebrado ou executado nos doze meses anteriores, indicando a fase em que se encontram.

§ 1º Até o último dia do mês de dezembro de cada ano, a STC compilará as relações recebidas e as publicará no Portal da Transparência.



§ 2º A omissão no dever de enviar as informações de que trata caput ou seu fornecimento intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa constituirá conduta ilícita passível de responsabilização nos termos do art. 29 da Lei nº 10.217, de 23 de março de 2015, e dos artigos 32 a 34 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 83. A divulgação de campanhas publicitárias e as programações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, seguirão as políticas, orientações e as normas estabelecidas pelo Estado do Maranhão para os serviços de publicidade governamental.

§ 1º Os meios de comunicação públicos estaduais de radiodifusão de sons e imagens e de sons poderão reservar em suas grades de programação espaço para veiculação de campanhas informativas, e para programações que promovam o acesso à informação das ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil, no âmbito das parcerias.

§ 2º Os recursos tecnológicos e a linguagem, utilizados na divulgação das campanhas e dos programas, deverão garantir acessibilidade às pessoas com deficiência.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 84. Aplica-se subsidiariamente o disposto na Lei nº 8.959, de 08 de maio de 2009, aos processos administrativos relativos às parcerias de que trata este Decreto.

Parágrafo único. A juízo da autoridade competente, e a pedido da organização da sociedade civil poderá ser realizada audiência para esclarecimento necessário à instrução do processo.

Art. 85. A Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN e a STC deverão ser previamente comunicadas antes da celebração de parcerias cujo valor global seja superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Parágrafo único. A comunicação de que trata o caput terá efeito meramente informativo, não dependendo a celebração da parceria de prévia manifestação dos órgãos destinatários da comunicação.

Art. 86. A Procuradoria Geral do Estado poderá adotar medidas administrativas de conciliação para dirimir controvérsias resultantes das parcerias.

Art. 87. Os convênios e os instrumentos congêneres já assinados na data de entrada em vigor da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, permanecerão regidos pela legislação em vigor ao tempo de sua celebração, sem prejuízo da aplicação subsidiária da referida Lei e deste Decreto, naquilo em que for cabível, desde que em benefício do alcance do objeto da parceria.

§ 1º Os convênios e os instrumentos congêneres de que trata o caput poderão ser prorrogados de ofício em caso de atraso na liberação dos recursos por parte da Administração Pública estadual, hipótese em que a prorrogação corresponderá ao período equivalente ao atraso e será regida pela legislação em vigor ao tempo da celebração da parceria.

§ 2º Nos termos do § 2º do art. 83 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, os convênios e os instrumentos congêneres com prazo indeterminado ou prorrogáveis por período superior ao inicialmente estabelecido serão, alternativamente:

I - substituídos por termo de fomento, de colaboração ou por acordo de cooperação, para adaptação ao disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e neste Decreto, no caso de decisão da autoridade máxima do órgão ou da entidade da Administração Pública do Estado do Maranhão pela continuidade da parceria; ou

II - rescindidos, justificada e unilateralmente, pela Administração Pública estadual, com notificação à organização da sociedade civil parceira para as providências necessárias.

§ 3º A Administração Pública estadual poderá firmar termos aditivos de convênios e instrumentos congêneres prorrogáveis por período igual ou inferior ao inicialmente estabelecido, observada a legislação vigente ao tempo da sua celebração original e a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 4º Para a substituição de que trata o inciso I do § 2º deste artigo, a organização da sociedade civil deverá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da entrada em vigor deste Decreto, apresentar os documentos previstos nos arts. 26 e 27 deste Decreto, para fins de cumprimento do disposto nos arts. 33, 34 e 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 5º A prestação de contas das parcerias substituídas na forma do inciso I do § 2º deste artigo observará o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e neste Decreto.

§ 6º Para atender ao disposto no caput deste artigo, poderá haver aplicação da Seção III do Capítulo VII deste Decreto para os convênios e os instrumentos congêneres, existentes na data da entrada em vigor da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estejam em fase de execução de seu objeto ou que estejam em fase de análise de prestação de contas.

Art. 88. Permanecem subordinados às disposições da Instrução Normativa nº 18 do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão ou a outros atos normativos, os convênios, acordos de cooperação, termos de ajuste, termos de outorga, termos de contratualização e instrumentos similares que envolvam a descentralização da execução de programas, projetos e atividades de competência de órgãos ou de entidades da Administração Pública estadual, não previstos expressamente neste Decreto.

Art. 89. Compete ao Secretário de Estado de Transparência e Controle e ao Secretário de Estado de Fazenda, nas suas esferas de competência, disciplinarem complementarmente a matéria tratada neste Decreto.

Art. 90. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 22 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA

Secretário-Chefe da Casa Civil

RODRIGO PIRES FERREIRA LAGO

Secretário de Estado de Transparência e Controle

DECRETO Nº 32.725, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre promoção de servidores do Grupo Magistério da Educação Básica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual,

DECRETA

Art. 1º Ficam promovidos os servidores constantes do Anexo Único deste Decreto, com base no art. 25 da Lei nº 9.860, de 1º de julho de 2013, que assegura aos integrantes do Subgrupo Magistério da Educação Básica enquadrados nos cargos de Professor I e Professor II, da Secretaria de Estado da Educação, nos termos da Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994.

Art. 2º Os recursos para execução deste Decreto correrão à conta de dotação prevista no orçamento do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 22 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXO ÚNICO**PROMOÇÃO FUNCIONAL****GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA****CARREIRA: DOCÊNCIA EM EDUCAÇÃO BÁSICA**

Nº de ORD	SERVIDOR	MAT	PROMOÇÃO					
			SIT. ANTERIOR			SIT. ATUAL		
			CARGO	CLASSE	REF.	CARGO	CLASSE	REF.
1	Ana Lourdes Sousa dos Santos	865329	Professor I	C	6	Professor III	A	1
2	Ana Maria Gouveia da Silva	898759	Professor I	C	6	Professor III	A	1
3	Catarina de Fátima Sousa da Silva	941963	Professor I	C	6	Professor III	A	1
4	Dezival Silva Santos	1001742	Professor I	C	6	Professor III	A	1
5	Givanildo Batista da Silva	2069151	Professor I	C	6	Professor III	A	1
6	José Antonio Martins Serrão	2066595	Professor I	C	6	Professor III	A	1
7	Laurença Pinheiro Mendonça	979294	Professor I	C	6	Professor III	A	1
8	Maria de Lourdes Teixeira Bastos	869420	Professor I	C	6	Professor III	A	1
9	Maria Lucia Lopes de Araújo Viana	2220531	Professor I	C	6	Professor III	A	1
10	Maria Rita Vieira Lima	1002153	Professor I	C	6	Professor III	A	1
11	Rosa do Socorro Campos Nunes	1004820	Professor I	C	6	Professor III	A	1
12	Vinólia Silveira Mendonça	724203	Professor I	C	6	Professor III	A	1

CASA CIVIL

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 0161/2017/GAB-SEMA, de 7 de fevereiro de 2017 (Processo nº 26021/2017-CC), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais,

RESOLVEM

Tornar sem efeito o ato de nomeação de ANA PAULA RIOS DE MELO para o cargo em comissão de Supervisor de Comunicação Socioambiental, Símbolo DANS-3, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, integrante do ato coletivo publicado na Edição nº 023 do Diário Oficial do Estado, de 1º de fevereiro de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

MARCELO DE ARAÚJO COSTA COELHO
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 0161/2017/GAB-SEMA, de 7 de fevereiro de 2017 (Processo nº 26021/2017-CC), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais,

**RESOLVEM**

Exonerar KARINE REGINA DOS SANTOS SILVA do cargo em comissão de Assessor Sênior, Símbolo DAS-1, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, devendo ser assim considerado a partir de 1º de fevereiro de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

MARCELO DE ARAÚJO COSTA COELHO
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 090/2017/GAB/SAGRIMA, de 6 de março de 2017 (Processo nº 46296/2017 - CC), da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca,

RESOLVEM

Exonerar MANLIO DE JESUS FERREIRA RAMOS do cargo em comissão de Assessor Sênior, Símbolo DAS-1, da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca, devendo ser assim considerado a partir de 1º de março de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

MÁRCIO JOSÉ HONAIER
Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS POLÍTICOS, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 117/GAB/SECAP, de 10 de março de 2017 (Processo nº 49984/2017-CC), da Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos,

RESOLVE

Exonerar ILDEVALDO VELOUZO SEPULVIDA do cargo em comissão de Auxiliar de Serviços Gerais, Símbolo DAI-4, da Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos, devendo ser assim considerado a partir de 1º de março de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

MÁRCIO JERRY SARAIVA BARROSO
Secretário de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 197/2017 - GAB/SEAP, de 8 de março de 2017 (Processo nº 47824/2017 - CC), da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária,

RESOLVEM

Exonerar os integrantes do quadro abaixo dos cargos em comissão da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária:

NOME	CARGO	SÍMBOLO	VIGÊNCIA
LIVALDO RÊGO DOS REMÉDIOS	Diretor Adjunto, da Unidade Prisional de Ressocialização de Rosário	DANS-1	01/03/2017
NILZA MARIA SILVA DE AZEVEDO	Assessor Especial II, do Secretário Adjunto de Segurança Penitenciária	DANS-2	20/03/2017

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 318-GAB/SEDIHPOP, de 9 de março de 2017 (Processo nº 50453/2017-CC), da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular,

RESOLVEM

Exonerar, a pedido, ANDRE SALES DE ABREU LISBOA do cargo em comissão de Assessor Sênior, Símbolo DAS-1, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, devendo ser assim considerado a partir de 8 de março de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

FRANCISCO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO
Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 316/2017-GAB/SECTI, de 10 de março de 2017 (Processo nº 49891/2017 - CC), da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação,

RESOLVEM

Exonerar ANTONIO JORGE DINIZ DUAILIBE do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Símbolo DAS-2, da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, devendo ser assim considerado a partir de 9 de março de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

JHONATAN UELSON PEREIRA SOUSA DE ALMADA
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 323/2017-GS/SEDUC, de 6 de março de 2017 (Processo nº 46604/2017 - CC), da Secretaria de Estado da Educação,

RESOLVEM

Exonerar os integrantes do quadro abaixo dos cargos em comissão da Secretaria de Estado da Educação:

NOME	CARGO	SÍMBOLO	VIGÊNCIA
TOMÁS FRANCISCO ESTRELA NETO	Assessor Sênior	DAS-1	21/02/2017
ANTONIO HIGINO DE OLIVEIRA	Assessor Especial III	DANS-3	
MÁRCIO ROGÉRIO DE LIMA SILVA	Assessor Técnico	DAS-3	06/03/2017

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

FELIPE COSTA CAMARÃO
Secretário de Estado da Educação

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 0161/2017/GAB-SEMA, de 7 de fevereiro de 2017 (Processo nº 26021/2017-CC), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais,

RESOLVEM

Nomear THEODOMIRA TAMARA SANTOS FERREIRA para o cargo em comissão de Assessor de Gestão Florestal, Símbolo DAS-1, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, devendo ser assim considerado a partir de 1º de fevereiro de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

MARCELO DE ARAÚJO COSTA COELHO
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 197/2017-GAB/SEAP, de 8 de março de 2017 (Processo nº 47824/2017 - CC), da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária,

RESOLVEM

Nomear GENILSON PINTO RIBEIRO para o cargo em comissão de Diretor Adjunto, Símbolo DANS-1, da Unidade Prisional de Ressocialização de Rosário, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, devendo ser assim considerado a partir de 1º de março de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 322-GAB/SEDIHPOP, de 10 de março de 2017 (Processo nº 50269/2017 - CC), da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular,

RESOLVEM

Nomear GRACY KELIA LOPES SILVA para o cargo em comissão de Secretária Executiva, Símbolo DAS-3, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, devendo ser assim considerado a partir de 4 de março de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

FRANCISCO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO
Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 316/2017-GAB/SECTI, de 10 de março de 2017 (Processo nº 49891/2017 - CC), da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação,

RESOLVEM

Nomear RAYANNE DIAS MIRANDA para o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Símbolo DAS-2, da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, devendo ser assim considerado a partir de 9 de março de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

JHONATAN UELSON PEREIRA SOUSA DE ALMADA
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 323/2017-GS/SEDUC, de 6 de março de 2017 (Processo nº 46604/2017 - CC), da Secretaria de Estado da Educação,

RESOLVEM

Nomear os integrantes do quadro abaixo para os cargos em comissão da Secretaria de Estado da Educação:

NOME	CARGO	SÍMBOLO	VIGÊNCIA
TOMÁS FRANCISCO ESTRELA NETO	Assessor Especial III	DANS-3	21/02/2017
FERNANDO JESUS EWERTON MARTINS SEGUNDO	Assessor Sênior	DAS-1	
BRUNA DE ALBARNAES	Assessor Técnico	DAS-3	06/03/2017



PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 23 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊN-
CIA E 129º DA REPÚBLICA.

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

FELIPE COSTA CAMARÃO
Secretário de Estado da Educação

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 30.719, de 9 de abril de 2015, e tendo em vista o Ofício nº 146/2017/GAB - SEINC, de 9 de março de 2017 (Processo nº 52097/2017 - CC), da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia,

RESOLVE

Nomear ALESSANDRA DE JESUS LOPES CUTRIM para o cargo em comissão de Auxiliar Técnico, Símbolo DAI-5, da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia, devendo ser assim considerado a partir de 1º de março de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 23 DE MARÇO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊN-
CIA E 129º DA REPÚBLICA.

JOSÉ SIMPLÍCIO ALVES DE ARAÚJO
Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Energia

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

PORTARIA Nº 30, DE 17 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo indicados para comporem a comissão para recebimento de bens da Secretaria de Estado de Governo, conforme estabelece Art. 15 § 8º da Lei Federal 8.666/93:

I.Presidente: Maria do Rosário de Andrade Braga Cordeiro - Matrícula: 2591980- CPF: 104.280.893-72.

II.Djefferson Smith Santos Maranhão- Matrícula: 2602514- CPF: 026.303.613-81.

III.José Ribamar Nery Rodrigues Junior - Matrícula: 2481596 - CPF: 344.209.671-53.

IV.Jaqueline Lima Guimarães - Matrícula: 2618700 - CPF: 249.054.292-34.

V.José Mario Almeida Fonseca - Matrícula: 260638 - CPF: 149.696.373-34.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São Luís MA, 17 de março de 2017.

ANTONIO DE JESUS LEITÃO NUNES
Secretário de Estado de Governo do Maranhão.

SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 12, DE 20 DE MARÇO DE 2017

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA, com fundamento no Decreto 23.179, de 02 de julho de 2007, no exercício de competência delegada pela Portaria nº 038, de 30 de março de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado de 01 de Abril de 2016, Edição 060, e tendo em vista o constante do **Ofício nº 058/2017 - GAB-AGERP/MA e Processo Nº 21215/2017**

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria nº 108 de 29 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado de 08 de junho de 2015, Edição 103, que colocou a disposição da AGÊNCIA ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL - AGERP, com ônus para o órgão de origem, o funcionário **SEBASTIÃO DE ANDRADE**, Técnico Agropecuária - 1, Matrícula nº 48843, do Quadro Suplementar da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos S/A., devendo ser considerada a partir de 20 de Março de 2017.

SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA, EM SÃO LUÍS, 20 DE MARÇO DE 2017.

ADRYANY FERNANDA GUIMARÃES FERREIRA
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas - SEGEP

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, no uso de suas atribuições legais com base no Decreto nº 28.772, de 13.12.2012, e tendo em vista a recomendação do Tribunal de Contas do Estado, Notificação Atos de Pessoal nº 605/2016

RESOLVE:

RETIFICAR o Ato nº 1566, datado de 24.10.2014, publicado no Diário Oficial de 30.10.2014, que concedeu aposentadoria voluntária, com proventos integrais mensais e com paridade, à **ROSELI ALCOBACA DE SOUSA**, matrícula 0000344986, no cargo de Auxiliar de Serviços, Classe Especial, Referência 011, Especialidade Vigia, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Operacional, do Quadro de Pessoal do(a) Secretaria de Estado da Cultura, devendo ser considerada à **ROSELI ALCOBAÇAS DE SOUSA**, tendo em vista o que consta do Processo nº 173542/2013 - SECMA.

SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA, EM SÃO LUÍS, 21 DE MARÇO DE 2017.

IVALDO FORTALEZA FERREIRA
Secretário Adjunto de Seguridade dos Servidores Públicos Estaduais

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, no uso de suas atribuições legais com base no Decreto nº 28.772, de 13.12.2012, e tendo em vista a recomendação do Tribunal de Contas do Estado, Notificação Atos de Pessoal nº 206/2016,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o ato datado de 27.12.2012, publicado no Diário 31.12.2012, que retificou o Ato datado de 30.11.2011, publicado no Diário Oficial de 01.12.2011, que concedeu aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais mensais e com paridade, a **DAVI SILVA DA COSTA**, matrícula 112524, no cargo de Técnico Judiciário - Apoio Técnico Administrativo, Classe/Padrão A3, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Maranhão. Processo nº 23866/2010 - TJ.

SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA, EM SÃO LUÍS, 21 DE MARÇO DE 2017.

IVALDO FORTALEZA FERREIRA
Secretário Adjunto de Seguridade dos Servidores Públicos Estaduais

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, no uso de suas atribuições legais com base no Decreto nº 28.772, de 13.12.2012, e tendo em vista a recomendação do Tribunal de Contas do Estado, Notificação Atos de Pessoal nº 162/2017,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o ato datado de 07.08.2015, publicado no Diário 03.09.2015, que retificou o Ato datado de 11.12.2012, publicado no Diário Oficial de 18.12.2012, que concedeu aposentadoria vo-

luntária, com proventos integrais mensais e com paridade, a **LOURIVAL OLIVEIRA SANTOS**, matrícula 807164, no cargo de Auxiliar de Serviços, Classe Especial, Referência 011, Especialidade Vigia, Grupo Administração Geral, Subgrupo Apoio Operacional, do Quadro de Pessoal do(a) Secretaria de Estado do Esporte e Lazer. Processo nº **0957/2009 - SESPJUV, Anexo(s): 1443/1989 - SEDEL.**

SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA, EM SÃO LUÍS, 21 DE MARÇO DE 2017.

IVALDO FORTALEZA FERREIRA

Secretário Adjunto de Seguridade dos Servidores Públicos Estaduais

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

PORTARIA Nº 016/2017 - GAB/STC/MA.

O Secretário de Estado de Transparência e Controle, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 69, da Constituição do Estado do Maranhão, o disposto no inciso XIII, art. 2º c/c inciso XIX, art. 5º, todos da Lei nº 10.204, de 23 de fevereiro de 2015 e, tendo em vista o previsto no parágrafo único, do art. 243, da Lei nº 6.107/94,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Processo Administrativo nº 8445/2017-COGE, designada pela Portaria nº 04/2017-GAB/STC/MA, de 06 de janeiro de 2017, em face das razões apresentadas pelo Presidente da Comissão constantes no Memorando nº 018/2017-COGE/STC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de protocolo no órgão designado.

DÊ-SE CIÊNCIA.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE, EM SÃO LUÍS/MA, 20 DE MARÇO de 2017.

RODRIGO PIRES FERREIRA LAGO

Secretário de Estado de Transparência e Controle

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

PORTARIA/SES Nº 143, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

Estabelece rotinas para justificar a Prescrição de Medicamentos não padronizados, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso II, da Constituição do Estado do Maranhão, e

CONSIDERANDO o art. 196 da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, que diz: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

CONSIDERANDO a existência de casos de prescrição de medicamentos não padronizados e/ou em desacordo com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas - PCDT, sem que haja qualquer justificativa por parte do profissional de saúde, implicando em prejuízos à integralidade do Sistema Único de Saúde - SUS, e consequente aumento de demandas judiciais;

CONSIDERANDO o elevado impacto financeiro resultante de prescrição de medicamentos não padronizados, o que enseja além da impossibilidade de previsão orçamentária dos gastos dela decorrentes, rompendo os princípios basilares do SUS, sobretudo os da equidade, universalidade e integralidade;

CONSIDERANDO o contratempo jurídico e administrativo causado pela prescrição de medicamentos não padronizados, uma vez que as decisões judiciais interferem de forma negativa na operacionalização do SUS;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento no tocante ao monitoramento, controle e avaliação das políticas públicas ligadas à assistência farmacêutica.

RESOLVE:

Art. 1º Os profissionais prescritores da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão - SES deverão prescrever prioritariamente os medicamentos constantes na relação de medicamentos padronizados pela Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME, em conformidade com as linhas de tratamento e Protocolos Clínicos do Ministério da Saúde.

Art. 2º Caso seja indispensável e excepcional a realização de prescrição de medicamento não previsto na RENAME, o servidor deverá justificar a prescrição em formulário próprio, constante no Anexo Único desta Portaria, contemplando os seguintes pontos:

I - Diagnóstico e respectivo CID;

II - Motivo de não prescrição dos medicamentos previstos na RENAME, como: refratariedade, intolerância, falha terapêutica, efeitos adversos, contraindicações, entre outros;

III - Esquemas Terapêuticos utilizados dentre os medicamentos padronizados pela RENAME com doses, tempo de uso e justificativas de falhas terapêuticas completa ou parcial e/ou efeitos adversos;

IV - Benefícios e riscos do medicamento prescrito no caso concreto, descrevendo aumento na qualidade de vida ou expectativa de sobrevida quando aplicável;

V - Evidência clínica do medicamento requerido para a doença do paciente, justificar, citando estudos científicos eticamente isentos e comprobatórios (revistas indexadas e com conselho editorial);

VI - Manifestação de possíveis vínculos, formais ou informais, do prescritor com o laboratório fabricante do medicamento em comento;

VII - Declaração sobre possíveis envolvimento com pesquisas e ensaios clínicos envolvendo o medicamento em comento.

Art. 3º O formulário mencionado no artigo 2º, juntamente com a cópia dos exames e cópia dos documentos pessoais do paciente, deverá ser encaminhado com o ciente do Diretor da Unidade de Saúde, para a Unidade Gestora de Insumos Estratégicos - UGIE desta Secretaria, que após análise e caso entenda ser necessário, será enviado para a Assessoria Jurídica Contenciosa - AJC, para conhecimento e providências.

Art. 4º Verificada a conformidade técnica da prescrição, o caso deverá ser encaminhado para a Gerência de Planejamento e Compras da UGIE para avaliação de inclusão na Relação de Medicamentos do Elenco Estadual.

Art. 5º Verificada a não conformidade técnica da prescrição, o caso deverá ser encaminhado à Comissão de Sindicância desta Secretaria, para adoção das providências cabíveis.

Art. 6º A presente Portaria visa regulamentar o procedimento de prescrição de medicamentos não-padrão, independente da via adotada pelo paciente para obtenção destes.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA
Secretário de Estado da Saúde



ANEXO ÚNICO

RELATÓRIO MÉDICO - MEDICAMENTO NÃO PADRONIZADO

RELATÓRIO MÉDICO – MEDICAMENTO NÃO PADRONIZADO	
Nome do Paciente:	
Nome da Mãe ou Responsável:	
Unidade onde o paciente recebe seu atendimento:	
Data de Nascimento:	Idade:
Nacionalidade:	Nº Registro SES:
Endereço:	
Telefones contato:	
Médico Assistente/CRM e Contato:	
Diagnóstico:	CID 10:
Medicamento Solicitado:	
Resumo da História Clínica:	
Dados Positivos de Exame Físico/Exame Laboratorial:	
Esquemas Terapêuticos Utilizados dentre os medicamentos padronizados pela SES-MA com doses, tempo de uso e justificativas de falhas terapêuticas/efeitos adversos/contraindicações/critérios de exclusão:	
Qual a evidência clínica do medicamento requerido para a doença do paciente ? Justificar citando literatura científica.	
Como o paciente está sendo assistido atualmente para que não ocorra piora do seu quadro clínico ?	
Qual providência foi tomada pelo médico assistente para a padronização deste medicamento junto à Comissão de Farmácia e Terapêutica da SES-MA ou Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do Ministério da Saúde – CONITEC –MS ?	
Assinatura e Carimbo do Médico:	Assinatura do Paciente:



PORTARIA/SES/MA Nº 144, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

Aplicar penalidade à empresa Alpha5 Vigilância e Segurança Ltda pelo descumprimento do Contrato nº 153/2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais de suas funções que lhe confere o art. 69 da Constituição do Estado do Maranhão, e

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 255.317/2016, que aponta irregularidades referente à inexecução parcial do contrato nº 153/2016, pela suspensão dos serviços de segurança contratados pela Secretaria, cuja conduta gerou danos ao patrimônio público e interrompeu os serviços prestados a população;

Considerando que a contratada foi notificada na forma da Lei, através da notificação nº 003/2017, com apresentação da defesa prévia e notificação nº 012/2017, sem apresentação de recuso administrativo, no prazo determinado.

RESOLVE

Art. 1º Aplicar à empresa ALPHA5 VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à rua 800, nº 52, Jardins da Margaridas, São Luís-MA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.746.142/0001-03, com fulcro nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993 e do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, o que segue:

I - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação descumprida. Neste caso, o valor será R\$ 64.901,46 (sessenta e quatro mil novecentos e um reais e quarenta e seis centavos);

II - impedimento de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da publicação desta no Diário Oficial do Estado;

III - rescisão unilateral do contrato, de acordo com o art. 79, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA

Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA/SES/MA Nº 149, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

Designa servidor para responder pela Coordenação das Unidades Gestoras das Regionais de Saúde e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69 da Constituição do Estado do Maranhão

RESOLVE

Art. 1º Fica designado para responder pela Coordenação das Unidades Gestoras das Regionais de Saúde o servidor ARISTEU MARQUES DE ALMEIDA, ocupante do cargo em comissão de Assessor Especial I, simbologia DANS-1, matrícula 2675577, até ulterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de março de 2017.

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA

Secretário de Estado da Saúde

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSERH

PORTARIA Nº 80, DE 23 DE MARÇO DE 2017 - GP

A PRESIDENTE DA EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH, no uso de suas atribuições legais (Lei nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012; e Dec. nº 28.889, de 21 de Fevereiro de 2013, com alterações insertas pelo Dec. nº 30.686, de 25 de Março de 2015),

RESOLVE:

Art. 1º De acordo com as normas e critérios previstos em lei, regulamento de pessoal e resoluções administrativas que a disciplina, adstritas a esta empresa, **admitir e nomear** o Sr. **GUILHERME ANTONIO CORREA, CPF nº 340.884.118-70, Matrícula nº 2783**, no quadro de pessoal próprio da sede da EMSERH, para exercer a função de **Engenheiro Clínico**, com efeitos retroativos ao dia 14 de fevereiro de 2017.

Dê-se Ciência. Cumpra-se.

IANIK RAFAELA LIMA LEAL

Presidente da EMSERH

A EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH, no uso de suas atribuições legais e em razão de dar cumprimento ao contrato celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde - SES, cujo objeto refere-se à execução do programa consubstanciado na Força Estadual de Saúde do Maranhão - FESMA, instituída por meio do Decreto Nº 30.616 de 02 de janeiro de 2015, torna pública para conhecimento dos interessados, o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** do Processo Seletivo Público Nº **001 de 08 de Outubro 2015, chamando para contratação os candidatos**, conforme lista anexa, em razão do interesse público, necessidade e conveniência da empresa, se apresentar na Av. Borborema, Qd 22, nº 02A Calhau, São Luís/MA - EMSERH, das 8h às 12h, no período de **07/04/2017**.

Documentação exigida:

Ficha de Identificação Devidamente Preenchida
 Declaração de Vale-Transporte Devidamente Preenchida
 Declaração de Não Acumulação de Cargos
 CTPS Original e Cópia (Pagina: da Foto; Cont. Sindical e Qualif. Civil)

01 (Uma) cópia do RG (Registro Geral)
 01 (Uma) cópia do CPF (Cadastro Pessoal Física)
 01 (Uma) cópia do Título de Eleitor
 01 (Uma) cópia do Certificado de Reservista (somente para homens)
 01 (Uma) cópia do Comprovante de Residência com CEP (Recente)
 01 (Uma) cópia do Comprovante de Conta Corrente com Número da Agencia e Conta preferencialmente no Banco do Brasil
 01 (Uma) cópia do PIS ou Cartão do Cidadão
 01 (Uma) cópia da CNH (carteira Nacional de Habilitação (Para o cargo de motorista)
 01 (Uma) cópia do Diploma ou Certificado
 01 (Uma) cópia da Carteira do Conselho
 01 (Uma) cópia do comprovante do pagamento da anuidade do Conselho Regional



01 (Uma) cópia do cartão de vacinação
 01 (Uma) cópia da certidão de Nascimento ou Casamento
 01 (Uma) cópia da certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos
 01 (Uma) cópia da declaração de frequência escolar dos filhos (entre 07 e 14 anos)
 01 (Uma) cópia do cartão de vacina dos filhos menores de 14 anos
 ORIGINAL do Atestado de Antecedentes Criminais (VIVA CIDADÃO)

02 (Duas) Fotos 3x4 (RECENTE)
 01 (Um) Laudo Médico (PCD - Pessoa com deficiência)
 Currículo.

OBS:1 - FAVOR SEPARAR OS DOCUMENTOS NA ORDEM DO CHECK-LIST

OBS:2 - NÃO RECEBEMOS DOCUMENTAÇÃO COM PENDÊNCIA

ANEXO I

ASSISTENTE SOCIAL

ORDEM	Nome	Inscrição	Nascimento	Pontuação
3	POLLYANA SILVA PEREIRA	7661681	09/01/1982	78,1
4	ANDREA LEMOS GOMES	7686498	19/09/1987	75,2

ENFERMEIRO

ORDEM	Nome	Inscrição	Nascimento	Pontuação
62	MICHEL ALVES SOUSA	7521057	29/07/1988	69,4
63	FRANCISCA MARCIA PEREIRA DOS ANJOS	7511477	03/07/1987	68,8
64	ANNE GABRIELLE DE PAIVA SILVA	7691122	21/03/1992	68,8

ODONTÓLOGO

ORDEM	Nome	Inscrição	Nascimento	Pontuação
4	FABIO MESQUITA DA SILVA	7578172	19/07/1982	65,3

TERAPEUTA OCUPACIONAL

ORDEM	Nome	Inscrição	Nascimento	Pontuação
3	GILVAN SOARES OLIVEIRA	7638566	09/09/1973	67,6

Obs: No ato da entrega da documentação será entregue a requisição para os exames clínicos, avaliação médica serão agendados no RH/ Núcleo de Gente e Gestão.

Obs: O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do candidato convocado, podendo a EMSERH convocar imediatamente outro candidato, obedecendo à ordem de classificação.

FABIANA SANTANA SANTOS
 Presidente da Comissão em exercício

Fica Homologado o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO.

São Luís-MA, 22 de Março de 2017.

IANIKRAFAELA LIMA LEAL
 Presidente da EMSERH

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

PORTARIA PR N° 0137, DE 08 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO - CAEMA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar os empregados **DANILO CÉSAR GUIMARÃES RIOS, JÚLIO ALBERTO NETTO LIMA, MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO MATOS CABRAL, ELAN TARSIS FERREIRA COSTA e JOSÉ GERALDO AMORIM DE JESUS** para, sob a presidência do primeiro, comporem a "CENTRAL DE LICITAÇÃO", para o período de 08/03/2017 a 08/03/2018, ficando como membros suplentes: **ROMMEL DOS SANTOS SILVA e JOÃO RICARDO DE ARAUJO SILVA.**

Adv. DAVIDE ARAUJO TELLES
 Diretor Presidente

Republicado por Incorreção.

SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA

PORTARIA N.º 076/2017 - GAB/SÃO LUÍS, 20 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo n° 0194308/2016.

RESOLVE:

Art. 1.º - Designar o servidor **JOSÉ MARANHÃO DE CARVALHO JÚNIOR**, Matrícula n° 2468916 e CPF n° 044.019.803-87, para acompanhar e fiscalizar, como titular, o **Contrato n° 001/2017** celebrado entre a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio - SEINC e a empresa **MR Serviços Gerais Eireli - ME**, CNPJ n° 23.352.777/0001-10, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, do tipo Split, com fornecimento e substituição de peças, componentes e acessórios por outros novos e originais, para um período de 12 (doze) meses, para atender as demandas da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia.



Art. 2.º - Designar o servidor **MARCO ANDRÉ DE MELO CARNEIRO**, Matrícula nº 2628063 e CPF nº 839.530.603-25, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3.º - Esta Portaria entrará em vigor data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 17 de março de 2017 e terá vigência até o vencimento do contrato.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se

SIMPLÍCIO ARAÚJO

Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Energia

Junta Comercial do Estado do Maranhão JUCEMA

PORTARIA Nº 171/2017 - JUCEMA. SÃO LUÍS, 20 DE MARÇO DE 2017.

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993.

RESOLVE:

Art. 1.º - Resolve designar o servidor **MARCIO ROBERTO FERREIRA PEREIRA**, matrícula 2329, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Contrato nº 004/2017, celebrado entre a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO - JUCEMA e a empresa **T.G. PONTES TRNASPORTES - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.407.743/0001-34, que tem por objeto a prestação de serviços de **LOCAÇÃO DE DIÁRIAS DE VEÍCULOS**, para atender a demanda desta Junta Comercial do Estado do Maranhão.

Art. 2.º - Designar o servidor **TED WILSON DOS SANTOS LOPES**, matrícula 2139, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SÉRGIO SILVA SOMBRA

Presidente/JUCEMA

PORTARIA Nº 172/2017- JUCEMA - SÃO LUÍS, 20 DE MARÇO DE 2017.

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993.

RESOLVE:

Art. 1.º - Resolve designar o servidor **TED WILSON DOS SANTOS LOPES**, matrícula 2139, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Contrato nº 003/2017, celebrado entre a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO - JUCEMA e a empresa **NORTE EXTINTORES - S AMORIM DOS SANTOS - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.578.915-0001-56, que tem por objeto serviços de recarga de extintores com substituição de peças para atender as necessidades desta Junta Comercial do Estado do Maranhão.

Art. 2.º - Designar a servidora **MARIA DAS GRAÇAS SANTANA**, Matrícula 1883, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SÉRGIO SILVA SOMBRA

Presidente/JUCEMA

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA

EDITAL PRÊMIO POPVIDEO CIÊNCIAS 2017

EDITAL Nº 002/2017 - POPVIDEO CIÊNCIAS 2017

O Governo do Estado do Maranhão e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA, com o objetivo de disseminar o conhecimento científico por meio da linha de ação "Popularização da Ciência", e no âmbito do programa "Mais Divulgação", tornam público o presente Edital nº 002/2017 e convidam os (as) interessados (as) a apresentarem suas propostas nos termos aqui estabelecidos.

1. OBJETIVO

Visa promover a disseminação do conhecimento científico produzido no estado do Maranhão por pesquisadores (as) por meio da divulgação de pesquisas sob o formato de vídeo incentivando a popularização da ciência.

2. RECURSOS FINANCEIROS E SUA APLICAÇÃO

2.1. Serão alocados para este edital, recursos financeiros no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) oriundos do Governo do Estado do Maranhão, da fonte DIVUCENTER.

2.2. O PRÊMIO POPVIDEO CIÊNCIAS 2017 será realizado em uma única etapa e as propostas vencedoras receberão certificação e premiação no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o(a) pesquisador(a) distribuídos nas áreas: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e Engenharias; Ciências Humanas e Sociais; e Ciências da Saúde, totalizando até 05 (cinco) propostas premiadas.

2.3. A premiação será outorgada às pesquisas em vigência entre janeiro e dezembro de 2016.

3. CRONOGRAMA

DESCRIÇÃO	DATAS
Data limite de inscrição on-line	16/03/2017
Divulgação do resultado parcial	A partir dia 17/03/17
Resultado Final - Cerimônia de Premiação	23 de março de 2017

São Luís, 06 de março de 2017.

ALEX OLIVEIRA DE SOUZA

Diretor Presidente - FAPEMA

**PORTARIA Nº 15, DE 20 DE MARÇO DE 2017**

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FAPEMA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do art. 3º, inciso IV da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar como Pregoeira Oficial da FAPEMA a servidora **Hélida Karla Silva Aragão Barroqueiro**, Assessor I, matrícula nº 1980507, para processar e julgar as licitações na modalidade Pregão, assim como praticar todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, até a adjudicação do objeto licitado na forma do artigo 3º inciso IV da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 2º - Designar com Membros da Equipe de Apoio os servidores: **Katía Maria Xavier Raposo** e Lima, Economista, matrícula nº 604; **Hallyne Davinck Mesquita Moreira**, Coordenadora de Inovação e Empreendedorismo, matrícula nº 2282184 e; **Valter Santos Brandão**, Assistente Técnico, matrícula nº 863589.

Art. 3º - A responsabilidade pelas decisões é individual do Pregoeiro, salvo má-fé ou negligência dos membros da equipe de apoio no desempenho de funções delegadas pelo Pregoeiro.

Art. 4º - As atribuições do Pregoeiro compreendem:

I - Recebimento das impugnações ao edital e pedido de esclarecimento de dúvidas;

II - Exame das impugnações e pedidos de esclarecimento;

III - recepção e identificação de licitantes e interessados;

IV - Credenciamento dos licitantes ou dos representantes legais presentes com entrega de identificação apropriada;

V - Recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

VI - Abertura dos envelopes das propostas de preços, exame da conformidade e seu ordenamento;

VII - Aplicação do direito ao beneficiário da preferência;

VIII - Recebimento de amostras do objeto e encaminhamento ao setor responsável para exame;

IX - Exame da habilitação dos licitantes;

X - Negociação da proposta; XI - elaboração de ata;

XII - Disponibilização de processo para exame dos interessados;

XIII - Juntada de documentos, com respectivo termo de junta-da, numeração de folhas, assinaturas e rubricas; Parágrafo único. O Pregoeiro pode delegar quaisquer das atribuições previstas neste artigo aos membros da equipe de apoio.

Art. 5º - Compete exclusivamente ao Pregoeiro:

I - Planejar o desenvolvimento da sessão e definir, previamente, a função de cada um dos membros da equipe de apoio ou da comissão de licitação;

II - Decidir e responder às impugnações e pedidos de esclarecimento dos licitantes e interessados;

III - Conduzir os procedimentos relativos aos lances, quando for o caso;

IV - Adjudicar o objeto da licitação;

V - Encaminhar o recurso administrativo interposto para decisão da autoridade superior, instruindo os autos com a apresentação de motivação quando mantida a decisão recorrida;

VI - Encaminhar o processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação;

VII - Elaborar informações para o órgão jurídico encarregado da defesa institucional;

VIII - Manter a ordem, a urbanidade e o respeito no recinto, zelando pela dignidade da função pública e respeito aos direitos e deveres dos licitantes e presentes;

IX - Requisitar serviço de segurança e, se necessário, força policial;

X - Representar à autoridade superior, a violação de direitos dos licitantes; ofensa ao Pregoeiro, à equipe de apoio; atrasos da equipe de apoio e violação a ética por parte de licitantes, equipe de apoio.

Art. 6º- Do Pregoeiro, da Equipe de apoio, e de todos os demais servidores envolvidos na licitação, será exigida conduta estritamente ética, consoante às regras contidas no caput do art. 37 e respectivo § 4º, da Constituição Federal.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

**GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE DA FAPEMA,
EM SÃO LUÍS, 20 DE MARÇO DE 2017.**

ALEX OLIVEIRA DE SOUZA

Diretor Presidente

**Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão -
UEMASUL**

PORTARIA Nº 152/2017 - GR/UEMASUL

A REITORA PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 10.525 de 03.11.2016,

Considerando a Medida Provisória nº 227/2016 de 21.12.2016, do Governo do Estado do Maranhão, que dispõe sobre a organização administrativa da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), e

Considerando o Decreto nº 30.622/2015, do Governo do Estado do Maranhão, que regulamenta as nomeações para cargos em comissão do Poder Executivo,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear MARIA JOSÉ MARCONCINE para exercer o Cargo de Diretor da Divisão de Apoio Administrativo da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD, do Campus Imperatriz, Símbolo DAS-3, até ulterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

IMPERATRIZ, 17 DE MARÇO DE 2017.

ELIZABETH NUNES FERNANDES

Reitora Pro tempore

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E PESCA**

Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão - AGED/MA

PORTARIA Nº 064/2017 - AGED/MA. SÃO LUÍS, 17 DE MARÇO DE 2017.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO - AGED/MA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 4º, incisos I e XII do Decreto Estadual nº 21.638, de 23 de novembro de 2005 e, considerando o que dispõe os Arts. 234 e 236, da Lei Estadual nº 6.107, de 27 de julho de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão).

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR a instauração de Comissão de Sindicância Investigativa, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam no Processo Administrativo Nº 016912/2017-AGED/MA, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º DESIGNAR os servidores **ASSUERO BATISTA FEITOSA JÚNIOR**, Fiscal Estadual Agropecuário, Matrícula 1512318, **MARIA SOCORRO BEZERRA LIMA**, Fiscal Estadual Agropecuário, Matrícula 1511179 e **ALEXSANDRA CERQUEIRA DE CARVALHO**, Auxiliar de Fiscalização Agropecuária, Matrícula 1510478, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão destinada à apuração dos fatos narrados no processo acima citado.

Art. 3º FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

MÉD. VET. SEBASTIÃO CARDOSO ANCHIETA FILHO

Presidente da AGED - MA

PORTARIA Nº 065/2017 - AGED/MA. SÃO LUÍS, 17 DE MARÇO DE 2017.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO - AGED/MA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 4º, incisos I e XII do Decreto Estadual nº 21.638, de 23 de novembro de 2005 e, considerando o que dispõe os Arts. 234 e 236, da Lei Estadual nº 6.107, de 27 de julho de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão).

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR a instauração de Comissão de Sindicância Investigativa, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam no Processo Administrativo Nº 018788/2017-AGED/MA, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º DESIGNAR os servidores **EDNA DE JESUS PINTO DAMASCENO**, Técnica em Informática, Matrícula 0005033 e **SONIZETHE SILVA SANTANA XAVIER**, Assessora Técnica, Matrícula 2480135, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão destinada à apuração dos fatos narrados no processo acima citado.

Art. 3º FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

MÉD. VET. SEBASTIÃO CARDOSO ANCHIETA FILHO

Presidente da AGED - MA

PORTARIA Nº 066/2017 - AGED/MA. SÃO LUÍS, 20 DE MARÇO DE 2017.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO - AGED/MA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 4º, incisos I e XII do Decreto Estadual nº 21.638, de 23 de novembro de 2005 e, considerando o que dispõe os Arts. 234 e 236, da Lei Estadual nº 6.107, de 27 de julho de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão).

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **DARLIENE DA CRUZ SILVA**, Técnico de Fiscalização Agropecuário, matrícula 1511096, **JOSÉ CARLOS DOS SANTOS**, Analista Executivo (Contador), matrícula nº 30593 e **MARIA MAXIMINA BASOLA SOARES**, Assistente Técnico, matrícula nº 329367, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a **Comissão de Tomada de Contas Especiais** da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão - AGED/MA, devendo ser considerado a partir da presente data até ulterior deliberação.

Art. 2º - A Comissão fica, desde logo, autorizada a praticar todos os atos necessários ao bom desempenho de suas funções.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

MÉD. VET. SEBASTIÃO CARDOSO ANCHIETA FILHO

Presidente da AGED - MA



PORTARIA N° 067/2017 - AGED/MA. SÃO LUÍS, 20 DE MARÇO DE 2017.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO - AGED/MA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 4º, incisos I e XII do Decreto Estadual n° 21.638, de 23 de novembro de 2005, de acordo com as normas contidas nas Leis n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora LILIANE DE JESUS VIANA SÁ, Agente Administrativo DAS - 3, CPF: 178.729.603-20 para exercer a função de **Pregoeira** da AGED/MA, durante o exercício de 2017, tendo como substituto imediato o servidor LEOVEGILDO DUARTE OTAVIANO, Técnico de Fiscalização Agropecuária, matrícula n° 1697176.

Parágrafo Primeiro - Designar os servidores DARLIENE DA CRUZ SILVA, Técnico de Fiscalização Agropecuária, matrícula n° 1511096 e ALEXSANDRA CERQUEIRA DE CARVALHO, Auxiliar de Fiscalização Agropecuária, matrícula n° 1510478, para compor a **Equipe de Apoio ao Pregoeiro**, conforme determina o § 1º do art. 3º da Lei n° 10.520/2002.

Art. 2º - Revogar a Portaria n° 045/2017-AGED-MA, de 09 de março de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado n° 048, de 13/03/2017.

Art. 4º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

MÉD. VET. SEBASTIÃO CARDOSO ANCHIETA FILHO

Presidente da AGED - MA

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

PORTARIA N° 016, DE 17 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a instituição de Comissão Técnica para elaboração de procedimentos de Licenciamento Ambiental de Postos de Combustíveis no âmbito da Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - Sema.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II do art. 69 da Constituição Estadual;

Considerando o Art. 8º, XIV, Lei Complementar n° 140/2011;

Considerando o Art. 2º, § 2º, da Resolução CONAMA n° 237/1997;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão Técnica para elaboração de Projeto de regulamentação sobre os procedimentos de Licenciamento Ambiental de Postos de Combustíveis no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - Sema.

Art. 2º - Referida Comissão será constituída pelos servidores desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais-Sema a seguir relacionados: **CARINA TICIANE LEITE ANDRADE**, CPF n° 018.036.123-63, Advogada e Colaborador, **FRANCESCO CERRATO**, Mat. 2478972, Supervisor de Poluição Atmosférica e **DIEGO LIMA MATOS**, Mat. 1823889, Secretário Adjunto de Licenciamento Ambiental.

Art. 3º - A Comissão Técnica terá até 60 (sessenta) dias para a apresentação dos trabalhos.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, EM SÃO LUÍS (MA), 17 DE MARÇO DE 2017.

MARCELO DE ARAUJO COSTA COELHO

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ERRATA AO EDITAL N° 001/2017- SEDUC

CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO PARA PROFESSORES INTEGRANTES DO SUBGRUPO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - MODALIDADE DE ENSINO EDUCAÇÃO ESPECIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO

" NO ANEXO II DO EDITAL N° 001/2017-SEDUC - CRONOGRAMA

ONDE SE LÊ:

INSCRIÇÃO	06.03.2017 à 20.03.2017
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PARCIAL	23.03.2017
PRAZO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS	Até 48 horas após a divulgação do resultado parcial.
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	Até 05.04.2017
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO	Até 07.04.2017

LEIA-SE:

INSCRIÇÃO	06.03.2017 à 24.03.2017
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PARCIAL	03.04.2017
PRAZO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS	Até 48 horas após a divulgação do resultado parcial.
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	Até 06.04.2017
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO	Até 11.04.2017

São Luís/MA, 20 de março de 2017.

FELIPE COSTA CAMARÃO
Secretário de Estado da Educação

PORTARIA CPAD Nº 264, DE 21 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS, no uso de suas atribuições legais, por força da delegação de competência estabelecida na Portaria nº 830, de 17 de junho de 2016, do Secretário de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado nº 115, de 22 de junho de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. - Designar os servidores, **Maria do Carmo Pereira de Lima**, assistente técnico, matrícula nº 407593, **Antonio Costa Reis**, datilógrafo, matrícula nº 51789, e **José Francisco Pereira de Sena Rosa**, auxiliar de serviços gerais, matrícula nº 624866, para, sob a presidência da primeira, compor Comissão de Sindicância, conforme disposto no arts. 234 a 237, da Lei nº 6.107/94, e art. 1º, II, do Decreto Estadual nº 27.25/2011, com o objetivo de apurar sumariamente os fatos narrados no **Processo nº 4432/2017**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, EM SÃO LUIS (MA), 21 DE MARÇO DE 2017.

DANIEL MELO SOARES PINHO DE CARVALHO
Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos - SEDUC/MA

PORTARIA CPAD Nº 265, DE 21 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS, no uso de suas atribuições legais, por força da delegação de competência estabelecida na Portaria nº 830, de 17 de junho de 2016, do Secretário de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado nº 115, de 22 de junho de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. - Designar os servidores, **Sibele Duarte Abreu**, agente administrativo, matrícula nº 347765, **Alan Jorge Ferreira Silva**, assistente de administração, matrícula nº 977843, e **José Américo da Costa Muniz**, agente de administração, matrícula nº 767251, para, sob a presidência da primeira, compor Comissão de Sindicância, conforme disposto no arts. 234 a 237, da Lei nº 6.107/94, e art. 1º, II, do Decreto Estadual nº 27.25/2011, com o objetivo de apurar sumariamente os fatos narrados no **Processo nº 13479/2017**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, EM SÃO LUIS (MA), 21 DE MARÇO DE 2017.

DANIEL MELO SOARES PINHO DE CARVALHO
Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos - SEDUC/MA

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

O Presidente da Comissão designada no Processo Administrativo Disciplinar n.º **14703/1998**, por meio da Portaria nº 141, de 01 de fevereiro de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos, da Secretaria de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado nº 027, de 07 de fevereiro de 2017, faz saber a **MARIA SALOME DE SOUSA MACENA**, Professora MAG I - 03, matrícula nº 914887, que estão correndo em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo em que o mesmo figura como Arguido, incurso no art. 228, inciso II, da Lei nº 6.107/94, por **abandono de cargo**.

E, constando dos Autos que o servidor se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citado para comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sediada na Rua Conde D'Eu, nº 140, Retiro Natal, Monte Castelo, nesta Capital, a fim de apresentar em banca suas testemunhas e, posteriormente, ser interrogado sobre o fato que lhe é imputado no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação desta. Para ciência do Arguido, conforme preceitua o artigo 246, inciso IV e 256, inciso II, do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

São Luís, 21 de março de 2017.

HUMBERTO MENDES NASCIMENTO
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

O Presidente da Comissão designada no Processo Administrativo Disciplinar n.º **1811/1998**, por meio da Portaria nº 140, de 01 de fevereiro de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos, da Secretaria de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado nº 027, de 07 de fevereiro de 2017, faz saber a **DACI SERRA MAIA**, Auxiliar de Serviços Gerais - I, matrícula nº 688572, que estão correndo em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo em que o mesmo figura como Arguido, incurso no art. 228, inciso II, da Lei nº 6.107/94, por **abandono de cargo**.

E, constando dos Autos que o servidor se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citado para comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sediada na Rua Conde D'Eu, nº 140, Retiro Natal, Monte Castelo, nesta Capital, a fim de apresentar em banca suas testemunhas e, posteriormente, ser interrogado sobre o fato que lhe é imputado no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação desta. Para ciência do Arguido, conforme preceitua o artigo 246, inciso IV e 256, inciso II, do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

São Luís, 21 de março de 2017.

HUMBERTO MENDES NASCIMENTO
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

A Presidente da Comissão designada no **Processo Administrativo Disciplinar nº 6963/1998 (Apenso nº 156/1998)**, instituída por meio da Portaria nº 163, de 01 de fevereiro de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos/SEDUC, publicada no Suplemento do



Diário Oficial nº 027, de 07 de fevereiro de 2017, faz saber a **EZEQUIAS OLIVEIRA DA SILVA, professor, matrícula nº 785097, portador do CPF nº 064.592.343-53**, que estão correndo em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo Disciplinar em que o mesmo figura como Servidor Arguido, incurso no art. 228, inciso II, da Lei nº. 6107/94, configurando, assim, indícios de possível cometimento de infração administrativa de **abandono de cargo**.

E, constando dos Autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citado para, no **prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste edital, às 08h15min**, comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com sede na Sala da CPAD/SAAJUR/SEDUC, localizada na Rua Conde D'Eu, nº 140, Retiro Natal/Monte Castelo, nesta cidade, a fim de apresentar em banca suas testemunhas de defesa e, posteriormente, ser interrogado sobre o fato que lhe é imputado. Para ciência do Servidor Arguido, conforme preceitua o artigo 246, inciso IV e 256, inciso II, do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

São Luís, 21 de março de 2017.

LUCINÉA JANSEM SILVA
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

A Presidente da Comissão designada no **Processo Administrativo Disciplinar nº 1807/1998 (Apenso nº 17511/1996)**, instituída por meio da Portaria nº 164, de 01 de fevereiro de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos/SEDUC, publicada no Suplemento do Diário Oficial nº 027, de 07 de fevereiro de 2017, faz saber a **IRACY CARDOSO CURVINA, professora, matrícula nº 959734, portadora do CPF nº 044.554.523-20, encontra-se em local incerto e não sabido**, que estão correndo em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo Disciplinar em que a mesma figura como Servidora Arguida, incurso no art. 228, inciso II, da Lei nº. 6107/94, configurando, assim, indícios de possível cometimento de infração administrativa de **abandono de cargo**.

E, constando dos Autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citada para, no **prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste edital, às 09h15min**, comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com sede na Sala da CPAD/SAAJUR/SEDUC, localizada na Rua Conde D'Eu, nº 140, Retiro Natal/Monte Castelo, nesta cidade, a fim de apresentar em banca suas testemunhas de defesa e, posteriormente, ser interrogada sobre o fato que lhe é imputado. Para ciência da Servidora Arguida, conforme preceitua o artigo 246, inciso IV e 256, inciso II, do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

São Luís, 21 de março de 2017.

LUCINÉA JANSEM SILVA
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

A Presidente da Comissão designada no **Processo Administrativo Disciplinar nº 3262/1998**, instituída por meio da Portaria nº 166, de 01 de fevereiro de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos/SEDUC, publicada no Suplemento do Diário Oficial nº

027, de 07 de fevereiro de 2017, faz saber a **MARIA ALICE FERREIRA MENDES, professora, matrícula nº 193110, encontra-se em local incerto e não sabido**, que estão correndo em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo Disciplinar em que a mesma figura como Servidora Arguida, incurso no art. 228, inciso II, da Lei nº. 6107/94, configurando, assim, indícios de possível cometimento de infração administrativa de **abandono de cargo**.

E, constando dos Autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citada para, no **prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste edital, às 10h15min**, comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com sede na Sala da CPAD/SAAJUR/SEDUC, localizada na Rua Conde D'Eu, nº 140, Retiro Natal/Monte Castelo, nesta cidade, a fim de apresentar em banca suas testemunhas de defesa e, posteriormente, ser interrogada sobre o fato que lhe é imputado. Para ciência da Servidora Arguida, conforme preceitua o artigo 246, inciso IV e 256, inciso II, do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

São Luís, 21 de março de 2017.

LUCINÉA JANSEM SILVA
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada por meio da Portaria nº 208, de 02 de março de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos, publicada no Diário Oficial nº 044, de 07 de março de 2017, do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 27218/1996**, faz saber a **MARCO AU-RÉLIO RAMOS FONSECA, Matrícula nº 731646**, que estão correndo em seus termos legais, o Processo Administrativo Disciplinar em que o mesmo figura como Arguido, incurso no art. 228, inciso II, da Lei nº 6107/94, por **ABANDONO DE CARGO**.

E, constando dos autos que o servidor se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citado para comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão, sediada na Rua Conde D'Eu, nº 140, Retiro Natal/Monte Castelo, nesta Capital, a fim de apresentar em banca suas testemunhas e, posteriormente, ser interrogado sobre o fato que lhe é imputado no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da última publicação deste. Para ciência do Arguido, conforme preceitua o artigo 256, inciso II, § 3º do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

São Luís, 16 de março de 2017.

SILVIA MARIA DE ARAÚJO MESQUITA
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada por meio da Portaria nº 211, de 02 de março de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos, publicada no Diário Oficial nº 044, de 07 de março de 2017, do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 27241/96**, faz saber a **JOSÉ RIBAMAR MAGALHÃES REGO, Matrícula nº 750968**, que estão correndo em seus termos legais, o Processo Administrativo Disciplinar em que o mesmo figura como Arguido, incurso no art. 228, inciso II, da Lei nº 6107/94, por **ABANDONO DE CARGO**.



E, constando dos autos que o servidor se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citado para comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão, sediada na Rua Conde D'Eu, n.º 140, Retiro Natal/Monte Castelo, nesta Capital, a fim de apresentar em banca suas testemunhas e, posteriormente, ser interrogado sobre o fato que lhe é imputado no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da última publicação deste. Para ciência do Arguido, conforme preceitua o artigo 256, inciso II, § 3º do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

São Luís, 16 de março de 2017.

SILVIA MARIA DE ARAÚJO MESQUITA
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada por meio da Portaria n.º 210, de 02 de março de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos, publicada no Diário Oficial n.º 044, de 07 de março de 2017, do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 27224/96**, faz saber a **MARIA LINDALVA S. NUNES, Matrícula n.º 860478**, que estão correndo em seus termos legais, o Processo Administrativo Disciplinar em que a mesma figura como Arguida, incurso no art. 228, inciso II, da Lei n.º 6107/94, por **ABANDONO DE CARGO**.

E, constando dos autos que a servidora se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citada para comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão, sediada na Rua Conde D'Eu, n.º 140, Retiro Natal/Monte Castelo, nesta Capital, a fim de apresentar em banca suas testemunhas e, posteriormente, ser interrogada sobre o fato que lhe é imputado no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da última publicação deste. Para ciência da Arguida, conforme preceitua o artigo 256, inciso II, § 3º do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

São Luís, 16 de março de 2017.

SILVIA MARIA DE ARAÚJO MESQUITA
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada por meio da Portaria n.º 209, de 02 de março de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos, publicada no Diário Oficial n.º 044, de 07 de março de 2017, do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 27225/96**, faz saber a **REGILENE GOMES B. MAGALHÃES, Matrícula n.º 770321**, que estão correndo em seus termos legais, o Processo Administrativo Disciplinar em que a mesma figura como Arguida, incurso no art. 228, inciso II, da Lei n.º 6107/94, por **ABANDONO DE CARGO**.

E, constando dos autos que a servidora se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citada para comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão, sediada na Rua Conde D'Eu, n.º 140, Retiro Natal/Monte Castelo, nesta Capital, a fim de apresentar em banca suas testemunhas e, posteriormente, ser interrogada sobre o

fato que lhe é imputado no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da última publicação deste. Para ciência da Arguida, conforme preceitua o artigo 256, inciso II, § 3º do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

São Luís, 16 de março de 2017.

SILVIA MARIA DE ARAÚJO MESQUITA
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

O Presidente da Comissão designada no Processo Administrativo Disciplinar n.º **3374/1998**, por meio da Portaria n.º 131, de 01 de fevereiro de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos da Secretaria de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 027, de 07 de fevereiro de 2017, faz saber a **FRANCISCO DOS REIS S. SOCORRO, Auxiliar de Vigia, Matrícula n.º 680090**, que estão correndo em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo Disciplinar em que a mesma figura como Servidor Arguido, incurso no art. 228, inciso II, da Lei n.º 6107/94, configurando assim indícios da possível infração administrativa de **abandono de cargo**.

E, constando dos Autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citada para, no dia **04 de abril de 2017** próximo futuro, **às 08:30 horas**, comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com sede na Sala da CPAD/SAAJUR, localizada na Rua Conde D'Eu, n.º 140, Retiro Natal, Monte Castelo, nesta cidade, a fim de apresentar em banca suas testemunhas e, posteriormente, ser interrogado sobre o fato que lhe é imputado. Para ciência da Servidora Arguida, conforme preceitua o artigo 246, inciso IV e 256, inciso II, do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

São Luís, 20 de março de 2017.

ALAN JORGE FERREIRA SILVA
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

O Presidente da Comissão designada no Processo Administrativo Disciplinar n.º **317196/1998, (Apenso 162/1997)**, por meio da Portaria n.º 132, de 01 de fevereiro de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos, da Secretaria de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 027, de 07 de fevereiro de 2017, faz saber a **SIRENILDE DA CRUZ BRITO, Auxiliar de Vigia, Matrícula n.º 767087**, que estão correndo em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo Disciplinar em que a mesma figura como Servidora Arguida, incurso no art. 228, inciso II, da Lei n.º 6107/94, configurando assim indícios da possível infração administrativa de **abandono de cargo**.

E, constando dos Autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citada para, no dia **04 de abril de 2017** próximo futuro, **às 08:30 horas**, comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com sede na Sala da CPAD/SAAJUR, localizada na Rua Conde D'Eu, n.º 140, Retiro Natal, Monte Castelo, nesta cidade, a fim de apresentar em banca suas testemunhas e, posteriormente, ser interrogado sobre o fato que lhe é imputado. Para ciência da Servidora Arguida, conforme preceitua o artigo 246, inciso IV e 256, inciso II, do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

São Luís, 20 de março de 2017.

ALAN JORGE FERREIRA SILVA
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS**

O Presidente da Comissão designada no Processo Administrativo Disciplinar n.º **17711/1996 (Apenso 18775/1997)**, por meio da Portaria n.º 133, de 01 de fevereiro de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos, da Secretaria de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 027, de 07 de fevereiro de 2017, faz saber a **VELDENICE PEREIRA LIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula n.º 767053**, que estão correndo em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo Disciplinar em que a mesma figura como Servidora Arguida, incurso no art. 228, inciso II, da Lei n.º. 6107/94, configurando assim indícios da possível infração administrativa de **abandono de cargo**.

E, constando dos Autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, citada para, no dia **04 de abril de 2017** próximo futuro, **às 08:30 horas**, comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com sede na Sala da CPAD/SAAJUR, localizada na Rua Conde D'Eu, n.º 140, Retiro Natal, Monte Castelo, nesta cidade, a fim de apresentar em banca suas testemunhas e, posteriormente, ser interrogado sobre o fato que lhe é imputado. Para ciência da Servidora Arguida, conforme preceitua o artigo 246, inciso IV e 256, inciso II, do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

São Luís, 20 de março de 2017.

ALAN JORGE FERREIRA SILVA
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
COM PRAZO DE 15 DIAS**

A Presidente da Comissão designada no Processo Administrativo Disciplinar n.º N.º **9828/1998**, por meio da Portaria n.º 037, de 02 de janeiro de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos, publicada no Diário Oficial n.º 003 de 04 de janeiro de 2017, faz saber a **CLEUDELANJA CRUZ ARAUJO- AGENTE ADMINISTRATIVO - MATRÍCULA N.º 837823** que estão correndo em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo em que a mesma figura como acusada, incurso no art. 228, inciso II, da Lei n.º 6107/94, por **ABANDONO DE CARGO**.

E, constando dos autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente edital, citada a comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sediada na Rua Conde D'Eu, n.º 140, Retiro Natal, Monte Castelo, nesta Capital, a fim de apresentar em banca suas testemunhas e, posteriormente, ser interrogada sobre o fato que lhe é imputado no prazo de **15(quinze) dias** a contar da última publicação deste. Conforme determina o artigo 256, inciso II, § 3º do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

São Luís, 21 de março de 2017 .

CLÉCIA DE JESUS OLIVEIRA BATISTA
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
COM PRAZO DE 15 DIAS**

A Presidente da Comissão designada no Processo Administrativo Disciplinar n.º N.º **9827/1998**, por meio da Portaria n.º 39, de 02 de janeiro de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos, publicada no Diário Oficial n.º 003 de 04 de janeiro de 2017, faz saber a **MARIA DE FÁTIMA VERAS MARTINS, AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula n.º 819227**, que estão correndo em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo em que a mesma figura como acusada, incurso no art. 228, inciso II, da Lei n.º. 6107/94, por **ABANDONO DE CARGO**.

E, constando dos autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente edital, citada a comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sediada na Rua Conde D'Eu, n.º 140, Retiro Natal, Monte Castelo, nesta Capital, a fim de apresentar em banca suas testemunhas e, posteriormente, ser interrogada sobre o fato que lhe é imputado no prazo de **15(quinze) dias** a contar da última publicação deste. Conforme determina o artigo 256, inciso II, § 3º do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

São Luís, 21 de março de 2017.

CLÉCIA DE JESUS OLIVEIRA BATISTA
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
COM PRAZO DE 15 DIAS**

A Presidente da Comissão designada no Processo Administrativo Disciplinar n.º N.º **19446/1997**, por meio da Portaria n.º 036, de 02 de janeiro de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos, publicada no Diário Oficial n.º 003 de 04 de janeiro de 2017, faz saber a **FLOR DINIZ MALAQUIAS ARAUJO VERAS- PROF. MAG-I-01- MATRÍCULA N.º 612929** que estão correndo em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo em que a mesma figura como acusada, incurso no art. 228, inciso II, da Lei n.º. 6107/94, por **ABANDONO DE CARGO**.

E, constando dos autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente edital, citada a comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sediada na Rua Conde D'Eu, n.º 140, Retiro Natal, Monte Castelo, nesta Capital, a fim de apresentar em banca suas testemunhas e, posteriormente, ser interrogada sobre o fato que lhe é imputado no prazo de **15(quinze) dias** a contar da última publicação deste. Conforme determina o artigo 256, inciso II, § 3º do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

São Luís, 21 de março de 2017 .

CLÉCIA DE JESUS OLIVEIRA BATISTA
Presidente

**CITAÇÃO DE ACUSADO POR EDITAL
COM PRAZO DE 15 DIAS**

A Presidente da Comissão designada no Processo Administrativo Disciplinar n.º N.º **714/1998**, por meio da Portaria n.º 038, de 02 de janeiro de 2017, do Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos, publicada no Diário Oficial n.º 003 de 04 de janeiro de 2017, faz saber a **JOSE DA SILVA CRUZ- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS- MATRÍCULA N.º 768101** que estão correndo em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo em que a mesma figura como acusado, incurso no art. 228, inciso II, da Lei n.º. 6107/94, por **ABANDONO DE CARGO**.

E, constando dos autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente edital, citado a comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sediada na Rua Conde D'Eu, n.º 140, Retiro Natal, Monte Castelo, nesta Capital, a fim de apresentar em banca suas testemunhas e, posteriormente, ser interrogado sobre o fato que lhe é imputado no prazo de **15(quinze) dias** a contar da última publicação deste. Conforme determina o artigo 256, inciso II, § 3º do Código de Processo Civil, é expedido o presente Edital, a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

São Luís, 21 de março de 2017.

CLÉCIA DE JESUS OLIVEIRA BATISTA
Presidente



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Conselho de Polícia Civil - CPC

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 007/2017

SERÃO APRECIADOS PELO CONSELHO DE POLÍCIA CIVIL, em Sessão Ordinária a realizar-se no dia 23 de março de 2017, quinta-feira, às 9:00 horas, no Gabinete da Delegacia Geral da Polícia Civil, situada na sede desta Secretaria, à Avenida dos Franceses s/n Vila Palmeira, os seguintes processos:

01 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 76/2015

Acusado: IPC - CARLOS ANTONIO DE SOUSA DA COSTA
Relator: Conselheiro Marconi Chaves Lima-ADEPOL/MA
COM PEDIDO DE VISTA à Conselheira Francisca

Adriana R. Amarante

Advogado: James Giles Garcia Lindoso - OAB/MA 6785

02 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 04/2016

Acusado: DPC - PARSONDAS COELHO JÚNIOR
Relator: Conselheiro Miguel Alves da Silva Neto - SPTC
Advogado: José Herberto Dias Júnior - OAB/MA 6802

ENCERRADA A SESSÃO, OS PROCESSOS EM PAUTA QUE NÃO FOREM JULGADOS ESTÃO INCLUÍDOS AUTOMATICAMENTE NA PAUTA DA SESSÃO SEGUINTE.

CONSELHO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E DEZESSETE.

LAWRENCE MELO PEREIRA

Delegado Geral da Polícia Civil
Presidente do Conselho de Polícia Civil

Corregedoria do Sistema Estadual da Segurança Pública
CORREG - SSP/MA

NOTIFICAÇÃO/CITAÇÃO

IPC José Orlando Oliveira Belchior

Lotação:

O DPC Antônio de Lima Paulino, Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar Sumário nº83/15 - Portaria nº113/2015-GAB-CORREG.GERAL,

NOTIFICA Vossa Senhoria:

Da instauração, em seu desfavor, do procedimento acima referido, cuja portaria foi publicada no DOE nº223, em 02.12.2015, nos termos dos documentos arrolados que acompanham esta Notificação; e

CITA Vossa Senhoria:

Para apresentar, no prazo de **05(cinco) dias**, Defesa Escrita sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa, consoante o dispositivo Constitucional capitulado no Art. 5º, Inciso LV, da Constituição Federal, e no Art. 244, da Lei nº6.107/94, Regime Jurídico do Servidor Público Estadual do Maranhão.

A direção dos trabalhos da Comissão encontra-se instalada na Corregedoria Adjunta de Polícia Civil, sito à Av. dos Franceses, s/n, Vila Palmeira, nesta Capital - fone 98/3214-3726.

Documentos que acompanham esta Notificação: cópias da Portaria supra citada, da Ata de Instalação e Início de Apuração e demais documentos arrolados nos autos.

São Luís - MA, 07 de dezembro de 2015.

DPC ANTÔNIO DE LIMA PAULINO
Presid. da Comissão

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

(MEDIDA PROVISÓRIA Nº 231, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017)

LEI Nº 10.569, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Institui, no âmbito do Programa Mais Empregos, apoio financeiro às microempresas e empresas de pequeno porte.

Faço saber que o Governador do Estado do Maranhão, Doutor Flávio Dino, adotou a Medida Provisória nº 231, de 09 de fevereiro de 2017, que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou, e eu, Deputado OTHELINO NETO, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, em exercício, para os efeitos do disposto no art. 42, da Constituição Estadual com a nova redação dada com a Emenda Constitucional nº 038/2003, combinado com o art. 11, da Resolução Legislativa nº 450/2004, promulgou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Programa Mais Empregos, apoio financeiro às microempresas e em-presas de pequeno porte optantes do Simples Nacional, visando contribuir para a elevação do nível de empregabilidade no Estado.

Art. 2º O apoio financeiro previsto no artigo 1º desta Lei consiste em conceder às microempresas e empresas de pequeno porte o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês, para cada novo emprego regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, acrescido ao quantitativo já existente na empresa em 31 de janeiro de 2017.

Art. 3º Os recursos para manutenção do apoio às microempresas e empresas de pequeno porte conforme definidas no art. 1º correrão por conta e nos termos do previsto no artigo 5º da Lei nº 10.504, de 6 de setembro de 2016.

Art. 4º Os benefícios previstos nesta Lei terão validade de 6 (seis) meses a partir de sua publicação, prorrogável por igual período, a critério do Poder Executivo.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a expedir os atos normativos necessários à aplicação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDA, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir na forma em que se encontra redigida. O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, a faça imprimir, publicar e correr.

PLENÁRIO DEPUTADO "NAGIB HAICKEL" DO PALÁCIO "MANUEL BECKMAN", em de 20 de março de 2017.

Deputado OTHELINO NETO
Presidente, em exercício

ESTADO DO MARANHÃO	
DIÁRIO OFICIAL	
PODER EXECUTIVO	
CASA CIVIL	
Unidade de Gestão do Diário Oficial	
Av. Senador Vitorino Freire, 1969 - Areinha - Fone: 3222-5624	
CEP.: 65.020-450 - São Luís - Maranhão	
Site: www.diariooficial.ma.gov.br	
E-mail: atendimento.diariooficial@gmail.com	
FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA Governador	MARCELO TAVARES SILVA Secretário-Chefe da Casa Civil
TEREZA RAQUEL BRITO BEZERRA FIALHO Diretora Geral do Diário Oficial	